



Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**Gestão Cristóvam Buarque: a redemocratização na
Universidade de Brasília
(1985-1989)**

Clerismar Aparecido Longo

Brasília, DF

2014



Universidade de Brasília

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Clerismar Aparecido Longo

**Gestão Cristóvam Buarque: a redemocratização na
Universidade de Brasília
(1985-1989)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS/UnB, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Sociedade, cultura e política

Linha de Pesquisa: Cultura, política e identidades

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cléria Botêlho da Costa

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Espírito Santo
Rosa Cavalcante Ribeiro

Brasília, DF

2014

LONGO, Clerismar Aparecido.
Gestão Cristóvam Buarque: a redemocratização na
Universidade de Brasília (1985-1989) / Clerismar
Aparecido Longo – Brasília, DF: o autor, 2014.
Dissertação de Mestrado apresentada para
obtenção do título de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade de Brasília.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cléria Botêlho da Costa
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Espírito Santo
Rosa Cavalcante Ribeiro
Clerismar Aparecido Longo

Gestão Cristóvam Buarque: a redemocratização na Universidade de Brasília (1985-1989)

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca de Defesa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS/UnB, no dia 18 de agosto de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cléria Botêlho da Costa (PPGHIS/UnB)
Presidente

Prof^a. Dr^a. Lúcia Helena Cavasin Zabotto Pulino (IP/UnB)
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Eloísa Pereira Barroso (HIS/UnB)
Examinadora

Prof^a. Dr^a. Lucília de Almeida Neves Delgado (PPGHIS/UnB)
Suplente

Agradecimentos

Primeiramente, agradeço à minha família: minha mãe, Inácia Aparecida Medeiros; meu irmão, Cleber Aparecido Longo; minha irmã, Viviane Aparecida Longo; minha cunhada, Cíntia Longo e meu cunhado, Roberto Bueno, pelo apoio, incentivo e por terem me ajudado, todas as vezes que precisei, durante minha jornada acadêmica.

Agradeço à Prof^a. Cléria Botêlho da Costa, pela orientação, pela leitura cuidadosa do texto e pelos apontamentos, críticas e sugestões à minha pesquisa.

Às Prof^{as}. Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante Ribeiro e Eloísa Pereira Barroso, por terem acreditado em mim e pelo apoio e incentivo.

Agradeço às Prof^{as}. Márcia de Melo Martins Kuyumjian, Eleonora Zicari Costa de Brito, Maria T. Ferraz Negrão de Mello, Diva do Couto Gontijo Muniz, Cléria Botêlho da Costa, Nancy Alessio Magalhães, José Walter Nunes e Teresa Cristina de Novaes Marques, pelo crescimento proporcionado quando cursei suas disciplinas.

Meu especial agradecimento ao Franciscarlos Gomes da Silva pelo apoio e incentivo durante a pesquisa no arquivo do Correio Braziliense.

Às/Aos colegas, amigos/as e companheiras/os de jornada: Diana Mara Gerber, Sílvia Clímaco Mattos, Maria Helenice Barroso, Kárita Aparecida de Paula Borges, Patrik Thames Franco, Henrique Fernandes, Aldanei Menegaz, Helena Freire e Analú Fernandes, pelo carinho e incentivo.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação em História, Jorge e Rodolfo, pela ajuda nos trâmites burocráticos da academia.

E, por fim, agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos durante o Mestrado.

Ao meu pai, Caetano Longo
In memoriam

Resumo

A presente dissertação apresenta uma reflexão sobre a história da redemocratização da Universidade de Brasília, durante a gestão de Cristovam Buarque, entre 1985-1989.

Através de recortes do Jornal Correio Braziliense, depoimentos de Cristovam Buarque e Darcy Ribeiro publicados em livros e revistas, como também entrevistas, busquei analisar como o projeto inovador da Universidade de Brasília, quando de sua concepção e construção foi interrompido pelo regime militar em 1964 e como a autonomia e liberdade, principais atributos da democracia, foram dilacerados. A partir daí, traço as mudanças empreendidas na gestão de Cristovam Buarque, a partir de 1985, no sentido restabelecer a democracia na UnB e redimensionar o papel libertário da universidade, através de uma proposta político-pedagógica que fosse de encontro com as reais necessidades do Brasil.

Palavras-chave: Universidade de Brasília. Redemocratização. Democracia. Liberdade. Autonomia.

Abstract

This dissertation presents a reflection on the history of the democratization of Universidade de Brasília, during the administration of Buarque, between 1985 - 1989. Through Jornal Correio Braziliense clippings, testimonials from Christovam Buarque and Darcy Ribeiro published in books and magazines, as well as in interviews, I tried to analyze how the innovative project of Universidade de Brasília since its conception and construction was interrupted by the military regime in 1964. Moreover how autonomy and freedom, key attributes of the democracy, were torn by it. Thereafter, I illustrate the changes undertaken during the administration of Cristovam Buarque from 1965 in order to restore democracy at UnB and resize the libertarian role of the university through a political-pedagogical proposal. This proposal would meet the real needs of Brazil.

Keywords: Universidade de Brasília. Democratization. Democracy. Freedom. Autonomy.

Lista de abreviaturas e siglas

ADUnB – Associação de Docentes dos Universidade de Brasília

Aesis – Assessorias Especiais de Segurança e Informação

ASIs – Assessorias Especiais de Segurança e Informação

AI – Ato Institucional

AP – Ação Popular

CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável

CEAD – Centro de Estudos a Distância

CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

CEPPAC – Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CSN – Conselho de Segurança Nacional

DSIs – Divisões de Segurança e Informação

EsNI – Escola Nacional de Informação

EUA – Estados Unidos da América

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

FUB – Fundação Universidade de Brasília

HDB – Hospital do Distrito Federal

LDB – Levantamento de Dados Biográficos

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação e Cultura

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PNI – Plano Nacional de Informação

PSI – Plano Setorial de Informação

Sici - Seção de Informações e Contrainformação

Sisni – Sistema Nacional de Informação

SNI – Serviço Nacional de Informação

SNM – Seção de Segurança Nacional e Mobilização

SSAA – Subseção de Apoio Administrativo

UDN – União Democrática Nacional

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

Sumário

Introdução	12
Capítulo I – A ditadura civil militar e as universidades	20
1.1. O golpe político de 1964: antecedentes históricos.....	20
1.2. Reformas para o ensino superior: projetos políticos em disputa.....	23
1.3. Ato Institucional nº 1 e a repressão política.....	27
1.4. A Universidade de Brasília: liberdade e autonomia dilaceradas.....	30
1.5. Assessorias Especiais de Segurança e Informações: como os agentes do Estado atuavam na Universidade de Brasília.....	42
Capítulo II – A redemocratização na Universidade de Brasília: gestão Cristóvam Buarque	48
2.1. Universidade de Brasília clama pela reforma universitária.....	50
2.2. Cristóvam Buarque: reinvenção do espírito democrático.....	60
Capítulo III – Uma universidade tridimensional	73
Considerações finais	90
Corpus documental	92
Referências e bibliografia	93
Anexos	

Introdução

A Universidade de Brasília se abre para nós como um grande livro, cujas páginas foram e são escritas por múltiplos autores que deixaram nela suas marcas e, concomitante a isso, foram também marcados por ela. Sua escritura não é de forma alguma linear, mas cheia de rupturas, tal qual a minha interpretação sobre o movimento da história. Fragmentos de vozes, impregnados em sua arquitetura e nos mais variados suportes físicos, materiais e imagéticos, como também na memória das testemunhas oculares, podem ser ouvidos e lidos, como uma verdadeira polifonia¹ de vozes nesse processo infinito de tecitura da experiência humana, no tempo.

Um dos fios que compõe essa teia refere-se ao da redemocratização nessa instituição, durante o período de gestão do reitor Cristovam Buarque, entre 1985 a 1989.

Em 2011 um grupo de professoras/es e alunos/as, do qual eu fazia parte, tiveram a ideia de realizar um Simpósio², que teve lugar em novembro de 2012, sobre a Ditadura Militar na Universidade de Brasília. Este evento fazia parte das comemorações do aniversário de 50 anos da Instituição.

À princípio fizemos uma pesquisa na Biblioteca da UnB para ver se achávamos algum trabalho sobre a história da Universidade, que pudesse nos ajudar no projeto do evento. Nos deparamos com uma grande lacuna, pois quase nada havia sobre o assunto. Foi quando tivemos a ideia de realizar uma pesquisa, sobre a Instituição, para suprir um pouco essa lacuna e mostrar que a Universidade de Brasília também possui histórias, merecedoras de investigação, que carecem atenção do público pesquisador.

¹ A polifonia é, aqui, entendida no sentido dado por Bakhtin (2008), conforme desenvolvido em sua obra “Problemas da poética de Dostoiévski”, onde ele diz que todo discurso é formado por diferentes vozes. Ou seja, todo discurso é formado por outros discursos construídos na relação do sujeito com outros sujeitos.

² Simpósio UnB 50 anos: pelos caminhos da memória – esquecimentos e lembranças da Ditadura Militar na Universidade de Brasília. Evento realizado nos dias 24 e 25 de outubro de 2012 e que contou com a participação, na condição de palestrantes, de alunas/os e professores/as que vivenciaram a ditadura na Universidade.

Pensei, então, em abordar as representações da Universidade de Brasília enquanto um patrimônio histórico e cultural, através do Jornal Correio Braziliense, para ampliar a escrita sobre a história da Universidade e contribuir com os estudos sobre Patrimônio Cultural – campo que ainda carece de pesquisas, principalmente na historiografia. Porém, o tema ficou inviabilizado, visto que o Correio Braziliense, não possui nenhuma matéria, no período das décadas de 1960 a 1990 que aborde a Universidade de Brasília como um patrimônio cultural. Encontrei, somente, matérias sobre a cidade de Brasília como patrimônio cultural, que por ventura, tratou o tema de forma genérica e superficial.

Sendo assim, em discussão com minha orientadora, Prof^a. Cléria Botêlho da Costa, ao avaliarmos o levantamento e conteúdos das fontes decidimos dar novo rumo à pesquisa, estabelecendo um novo recorte temático: análise das representações da Universidade de Brasília, através do Jornal Correio Braziliense, durante 1985 a 1989, período em que o Brasil estava saindo da ditadura militar e começando a viver a redemocratização. A Universidade de Brasília começa também a viver esse momento, com a gestão do reitor Cristovam Buarque, durante o período supracitado.

Ao recolher as fontes sobre o assunto – recortes do Jornal Correio Braziliense, documentos do Centro de Documentação da Universidade de Brasília (CEDOC) e entrevistas – surgiram outras indagações que me levaram a repensar, novamente, minha pesquisa. Cheguei a conclusão de que o Correio Braziliense não era meu principal corpus documental. Decidi, então, estudar a redemocratização da Universidade de Brasília, durante a gestão do Reitor Cristovam Buarque, tendo com principais perguntas motivadoras, as seguintes: Qual era a proposta inicial da Universidade de Brasília, idealizada pelo seu primeiro reitor, Darcy Ribeiro? Em fins do período ditatorial, como a UnB se redemocratiza? Quais as principais medidas democráticas tomadas, quando da gestão do Reitor Cristovam Buarque, e de que forma elas refletiram no processo de redemocratização dessa Instituição?

Parti da hipótese de que o projeto da gestão Cristovam Buarque se configurou como uma reconstrução do projeto inicial – proposta de Darcy Ribeiro – tendo em vista a redemocratização da universidade.

Penso que essa pesquisa contribui com a ampliação da escrita sobre a redemocratização do Brasil e da Universidade de Brasília e com a valorização desta enquanto um espaço de experiência humana, de conhecimento e de cultura. É também uma tentativa de não deixar essa história cair no limbo do esquecimento, tornando-se objeto de conhecimento das gerações futuras.

Partindo da premissa de que o objeto da História Cultural é “... identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17), entendo que situar o objeto de estudo, temporal e espacialmente, é condição indispensável para uma análise histórica e, que a realidade social foi ou é construída e pensada pelos seres humanos. Porém, não temos acesso ao fato em si, mas somente às representações que as pessoas construíram sobre o real, atribuindo-lhes significados. Tais representações ao serem apreendidas por nós historiadores, são submetidas a uma leitura historiográfica, mediada por categorias teóricas que funcionam como uma lente para poder enxergá-las melhor.

O objeto em questão foi estudado na perspectiva da história cultural, entendendo esta como uma reconstrução das experiências humanas em diferentes temporalidades. Os pesquisadores ao analisarem um objeto na perspectiva historiográfica, pode dentro de suas possibilidades de escolhas, conjugar diferentes tempos históricos: passado e presente; passado, presente e futuro. Pegando, aqui, apenas uma dessas possibilidades, a análise de experiências no passado, a conjugação deste com o presente é condição inevitável, em uma pesquisa histórica. Pois ao analisarmos o passado, fazemos essa análise num tempo que é o do presente. O olhar que lançamos sobre as experiências humanas pretéritas é mediado, por escolhas temáticas, teóricas, metodológicas que são a do nosso tempo, do agora. Ainda, dentro desse conceito, entendo que o historiador da cultura, dentro de suas várias

possibilidades de análise da história cultural, busca compreender como as pessoas pensam, como interpretam o mundo, conferindo-lhe significados e infundindo-lhe emoção (DARNTON, 1986).

Nesse sentido, tentei apreender o universo mental de sujeitos que construíram propostas políticas de educação e pesquisa para a UnB. Esse universo mental se expressa, portanto por meio de representações sociais, construídas na e pela experiência, as quais nos permitem captar as marcas culturais dos tempos.

Mas como acessar as experiências humanas, quando estas aconteceram em um outro tempo, que não o nosso? Segundo Sandra Jatahy Pesavento (2005) é possível acessá-las através das representações que as pessoas inscreveram sobre a realidade. Pois é por meio delas que os seres humanos significam o mundo, atribuindo-lhes sentidos. Tais representações chegam até nós pesquisadores, por meio das mais variadas fontes: escritas, orais, visuais, entre outras. Estas, por sua vez, contém apenas uma mínima parte daquilo que um dia aconteceu, pois nem tudo o que acontece em nível da experiências humana é registrado pelos contemporâneos de uma determinada época.

As representações é, então, uma das categorias de análise, principais deste trabalho. Ela será entendida enquanto uma forma de ver e de dar sentido à realidade; "... uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (JODELET, 2002, p. 22).

Ou seja, as representações expressam a maneira como as pessoas entendem e significam a realidade social, inscrevendo nela sentidos que são sócio-culturalmente construídos e partilhados por determinados grupos sociais. Daí, uma forte relação com o conceito de cultura – categoria elaborada, principalmente, pelos antropólogos e que foi incorporada pelos historiadores que estudam a dimensão das significações. Segundo o antropólogo Geertz (2012, p. 4)

O conceito de cultura [que ele defende] é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, [ele assume] a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

A perspectiva da História Cultural se apoia na Antropologia. A principal diferença entre elas refere-se à preocupação, por parte dos/as historiadores/as, da dimensão temporal do objeto de estudo. Nós estudamos as experiências humanas, através dos tempos. Não que os/as antropólogos/os também não se preocupam com o tempo em suas análises. Isso depende muito do objeto de estudo, dos objetivos, da problemática da pesquisa etc. Mesmo porque alguns/mas antropólogos/as se enveredam pelos meandros da etno-história. Quero dizer, com tudo isso, que nenhuma análise histórica pode ser realizada fora da dimensão temporal. Pois lidamos com mudanças através dos tempos. Mas não deixamos, por isso, de enfatizar as permanências. Elas, também, são importantes para entendermos a vida em sociedade, pois as mudanças carregam ressonâncias do passado.

Hoje, a historiografia vem trabalhando muito na perspectiva da microanálise, conforme pode ser observado nos trabalhos de Jacque Revel (1998), Carlo Ginzburg (1991) e Giovanni Levi (2001). Essa postura metodológica está baseada na redução de escala de observação através do estudo intensivo do corpus documental. Por sua vez, a redução de escala é um procedimento analítico que pode ser utilizado independente das dimensões do objeto estudado. Quero dizer com isso que, ao aplicarmos a microanálise, selecionamos um ponto específico da realidade a partir da qual chegamos a questões e âmbitos mais gerais sobre o objeto.

Partindo dessa compreensão da micro história, neste trabalho, tentei relacionar a historia da Universidade de Brasília, com a história do país, fazendo assim a ligação entre o local e o global.

Nas palavras de Jacques Revel (1998, p. 28)

... não existe portanto hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é (...) uma versão diferente.

A partir da pergunta que formulamos e para qual procuramos uma resposta, começamos todo um trabalho de procura das fontes que nos possibilita responder, em parte, a pergunta. Separamos, selecionamos e ordenamos tais fontes, que são nada mais, nada menos que indícios, restos, “cacos” do passado. Uma ínfima parte daquilo que um dia aconteceu. E são com esses “cacos” da história, embasados em referenciais teóricos, que tentamos construir uma narrativa histórica. E essa narrativa, é uma representação do presente, do passado e do futuro, desenhado no período estudado deste trabalho.

Na metodologia, para o desenvolvimento da presente pesquisa, trabalhei conforme aponta Carlo Ginzburg (1989), com dados enquanto pistas, indícios, sinais ou vestígios. O que são essas pistas, indícios ou sinais? Elas são as informações que encontramos nos documentos – relatórios, decretos, leis, jornais, fotografias, imagens em geral etc – as quais são submetidas ao trabalho de análise historiográfica.

Esse caminho, tem como princípios: a valorização das especificidades do objeto; reconhecimento do caráter indireto do conhecimento; exercício da imaginação criativa durante a análise e a pesquisa.

Para se fazer uma análise de um objeto de estudo, a partir da microanálise, deve-se levar em consideração os seguintes procedimentos: prática interpretativa interdisciplinar; pluralidade documental – qualquer registro que tenha alguma relação com o objeto, pode se tornar uma fonte documental; análise microscópica – redução de escala na observação do objeto; estudo minucioso e exaustivo do material pesquisado (GINZBURG, 1991; LEVI, 2001; REVEL, 1998).

A pesquisa teve como uma de suas fontes: o Jornal Correio Braziliense, devido este ser um jornal, de abrangência nacional, que começou a circular em Brasília, local onde se situa a UnB, desde a década de 1960 e, principalmente, por expressar a opinião pública dos brasilienses.

O referido Jornal foi lançado em Londres, em junho de 1808, por Hipólito José da Costa (PAULA, 2001) e circulou no Brasil e em Portugal até 1823 (RIZZINI, 1957). Em 1960, aceitando um desafio do presidente Juscelino Kubitschek, os Diários Associados, se propuseram a lançar um jornal na nova capital federal. Descobrimos nos escritos de Hipólito José da Costa ideias favoráveis à transferência da capital do Rio de Janeiro para o interior, o então diretor dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, decidiu retomar o título, aproveitando o termo *brasiliense* que começava a ser empregado como adjetivo pátrio de Brasília (Correio Braziliense, 07 de setembro de 1973).

Durante anos, desde a sua fundação até a década de 1990, o Correio foi considerado um jornal de perfil tendencioso, devido as suas fortes ligações e apoio ao governo local (MORELLI, 2002), o que exige do pesquisador o dobro de atenção e análise crítica das informações contidas no jornal. É preciso, pois, compreender os discursos em sua especificidade. Nas palavras de Chartier (1991, p. 187), compreender os discursos inscritos

... em seus lugares (e meios) de produção e suas condições de possibilidade, relacionada aos princípios de regularidade que a ordenam e controlam, e interrogada em seus modos de reconhecimento e de veracidade. [Isso] ... é condição para que os textos, quaisquer que sejam, que o historiador constitui em arquivos, sejam subtraídos das reduções ideológicas...

Tania Regina de Luca (2005) ao parafrasear José Honório Rodrigues, nos alerta, ainda, que nem sempre a independência e exatidão dominam o conteúdo editorial, o qual caracteriza como sendo uma mistura do imparcial e tendencioso, do certo e do falso. Faz-se necessário submeter os dados extraídos dos jornais à uma análise crítica, a um olhar sempre duvidoso e

instigador, relacionando tais conteúdos com outras fontes de pesquisa e, contextualizar os documentos.

Foram também utilizados, enquanto fonte de estudo, depoimentos, livro de memórias, entrevistas com Cristovam Buarque e Darcy Ribeiro publicadas em jornais, revistas e livros, como também uma entrevista com o Prof. José Geraldo de Sousa Junior, devido ele ter construído carreira acadêmica na Universidade de Brasília e ter sido Chefe de Gabinete durante a gestão do reitor Cristovam Buarque. Dessa forma, ele acompanhou de perto tanto a experiência da ditadura militar na UnB, como também sua redemocratização.

O texto dissertativo está dividido da seguinte forma: no primeiro capítulo, “A ditadura civil militar e as universidades”, no qual abordo como as universidades brasileiras vivenciaram a ditadura civil militar e as consequências desse regime sobre a Universidade de Brasília; no segundo capítulo, “A redemocratização na Universidade de Brasília: gestão Cristovam Buarque”, analiso algumas das medidas redemocratizadoras durante a gestão desse reitor; No terceiro capítulo, “Uma universidade tridimensional”, dou visibilidade ao projeto de universidade libertária e humanista, conforme concebido por Cristovam Buarque, que não chegou a se concretizar totalmente, mas ainda persiste enquanto utopia.

Capítulo I

A ditadura civil militar e as universidades

Partindo da premissa de que o objeto deste trabalho é o de analisar o processo de redemocratização na Universidade de Brasília, durante a gestão do reitor Cristovam Buarque, faz-se necessário entender, antes de mais nada, como as universidades brasileiras foram afetadas pela ditadura militar e as consequências deste regime sobre a UnB – questões que são abordadas neste capítulo. Enfatizo também o modo como a democracia e seus principais atributos – liberdade e autonomia – foram retirados daqueles que experienciavam a ambiência acadêmica.

1.1. O golpe político de 1964: antecedentes históricos

Todavia, a história anterior ao golpe político civil militar de 1964, o Brasil já apresentava um cenário bastante conturbado no campo político e ideológico, tendo como principais protagonistas, desse cenário tenso, a sociedade civil brasileira expressada nos diferentes grupos: camponeses, operários, estudantes, intelectuais, dentre outros que se dividiam em diferentes matrizes ideológicas.

Entre os conservadores destacam-se os integrantes do Partido União Democrática Nacional (UDN), setores das forças armadas, setores da Igreja Católica conservadora, proprietários rurais, a maior parte do empresariado nacional e investidores internacionais (DELGADO, 2009), que temiam uma suposta implantação de uma ditadura comunista, no Brasil, caso a esquerda avançasse no poder. Nesse contexto, conforme ressalta Motta (2014, p. 23), tais setores da sociedade “expressavam o temor em relação aos movimentos sociais no campo (invasões de terra, demandas de reforma agrária na “marra”),

à força crescente dos sindicatos, expressada nas greves, à politização dos subalternos das Forças Armadas e à esquerdização dos jovens universitários”. Expressavam também, uma grande insatisfação com o governo de João Goulart, acusado, de apoiar os movimentos de esquerda e de conduzir o país ao “precipício” comunista. A inflação e corrupção “galopantes”, na época, também faziam parte dos discursos dos conservadores, que criticavam a administração de Jango, apesar de haver ressalvas quanto aos críticos e denunciadores da corrupção, pois haviam aqueles que faziam uso do dinheiro público e do poder público para satisfazer necessidades pessoais. O tema da corrupção não é um problema incomum e insólito na história política do Brasil, mas acompanha o governo desde os mais longínquos tempos. Já se tornou lugar comum associar o governo brasileiro à corrupção, quão habitual são as práticas de extorsão do dinheiro público, problema com o qual ainda convivemos na atualidade.

O grupo que pretendia mudanças era formado, basicamente, por comunistas, socialistas e parte dos nacionalistas ansiosos por uma revolução social. Nas universidades brasileiras havia um número significativo de professores que se identificavam com estas propostas, como também, crescia cada vez mais a identificação de estudantes com as perspectivas revolucionárias, ora integrados à Ação Popular (AP) – grupo vinculado à esquerda católica –, ora ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Vale salientar que, antes da década de 1950 o grupo da Ação Popular que até então defendiam uma mudança pautada na ideologia cristã, a partir dessa década aliaram-se ao Partido Comunista e começaram a criticá-los por excesso de moderação. Desse modo, passou a ser difícil distinguir entre AP e comunistas, uma vez que a Ação Popular tendia, na íntegra, a ser mais “comunistas” do que àqueles que se auto intitulavam como comunistas (MOTTA, 2014).

Nesse contexto, o viés marxista de explicação da realidade, pautado na ideia revolucionária de transformação da sociedade, uma sociedade sem classes, ganhava a mente e corações de professores e de um grupo massivo

de estudantes, nas universidades. O ambiente acadêmico se tornou um dos principais lugares onde textos marxistas eram discutidos e analisados. Além disso, as experiências revolucionárias – Revolução Cubana (1959), Revolução Russa (1917) e Revolução Chinesa (1949) –, ocorridas mundo à fora, inspirou muitos movimentos sociais, no Brasil, inclusive, o movimento estudantil, nas universidades – lugar onde os valores de esquerda encontraram campo fértil de propagação. Isso denota que a história local está relacionada ao âmbito nacional e até ao internacional.

No período, entre as representações antiesquerdas, crescia, no Brasil, assustadoramente o temor dos conservadores em relação aos estudantes universitários, pois era progressivo o número daqueles favoráveis à revolução socialista. Ademais, os jovens acadêmicos haviam se tornado um grupo social visível, dado o crescimento do número de vagas nas universidades, entre 1945 a 1964, passando de 30 mil para 142 mil (MOTTA, 2014).

No início da década de 1960 a União Nacional dos Estudantes, que sempre tinha um representante da Ação Popular na presidência e quase sempre um comunista na vice-presidência, já era uma organização fortalecida e influente no debate político. Visível e influente, a juventude acadêmica atuava em diferentes frentes sociais, como em campanhas de alfabetização, criação de sindicatos rurais, organização da população favelada (MOTTA, 2014). Portanto, não é de se assustar que as universidades foram um dos principais focos de atuação dos militares, pós golpe de 1964, os quais pretendiam fazer uma “limpeza” ideológica, com o intuito de afastar qualquer tentativa de propagação dos valores esquerdistas.

Se entre os estudantes os ideais de esquerda encontravam grande receptividade, com efervescente debate sobre marxismo, socialismo, revolução social e massiva esquerdização da juventude, entre os professores não podemos dizer a mesma coisa. Pois parte deles identificavam-se com os ideais conservadores e, em alguns casos, até mesmo com a extrema direita, apesar das exceções. Havia professores, que segundo Motta (2014), apoiavam a esquerda revolucionária, mas estes representavam uma minoria. Após a

implantação do regime militar é que esse quadro mudou. Muitos professores que eram de direita migraram para a ala esquerdista, segundo o mesmo autor.

1.2. Reformas para o ensino superior: projetos políticos em disputa

Tendo em vista que conservadores e mudancistas tinham propostas político-ideológicas opostas, como a educação superior era situada no interior desses debates? Quais propostas políticas para educação superior estavam em jogo?

Um dos únicos pontos em comum entre aqueles dois grupos, referia-se à imagem de que a educação superior necessitava urgentemente de reformas. Era sensível o anseio de mudanças na educação, visto que no panorama nacional ela se apresentava insatisfatória, devido, por exemplo, ao baixo índice de produção acadêmica e o sistema retrógrado de cátedras – problemas que deveriam ser superados. A modernização na educação se mostrava necessária e urgente. Conceitos como modernização, moderno, desenvolvimento circulavam, costumeiramente, nos discursos sobre reforma do ensino, entre esquerdistas e direitistas, porém, com significados distintos, visto que as concepções ideológicas que davam sustentação aos discursos entre esses grupos de oposição eram de matrizes distintas.

Entre os de direita, ganhou grande receptividade as teorias de modernização desenvolvidas por intelectuais estadunidenses, sendo estas encampadas pelo governo Kennedy, que condenavam o risco de comunização dos países periféricos. Daí, o entendimento sobre os diversos acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos, com o fito de barrar o perigo revolucionário empreendido pela esquerda partidária.

De acordo com essas teorias da modernização a melhor maneira de desencorajar e vencer os revolucionários seria modernizar os países subdesenvolvidos, por estes serem considerados um campo fértil de infiltração de ideais comunistas. Ao lado do desenvolvimento econômico, o projeto

modernizador, deveria trazer também, mudanças significativas nos campos político e cultural, tendo como desdobramento a instituição e legitimação de uma democracia moderna (MOTTA, 2014).

A história revela que os defensores da referida teoria, segundo Motta (2014), subdividiam-se em facções que apresentavam semelhanças e ao mesmo tempo singularidades de objetivos quanto aos rumos que deveria tomar tal projeto modernizador. Parte desse grupo defendia a instituição e ampliação imediata da democracia liberal, enquanto a outra facção não aspirava esses objetivos de grande alcance, mas, antes e acima de tudo, o intuito era combater os esquerdistas através do recrutamento de aliados fiéis contra a revolução marxista almejada pelos revolucionários.

Não há dúvida de que o objetivo principal do governo estadunidense, por meio dessas teorias da modernização, era desestabilizar os projetos revolucionários, nos países periféricos, principalmente o marxismo, através da inculcação de uma nova ideologia, principalmente, nas mentes da juventude acadêmica. Por isso que, a educação foi um dos principais campos de atuação dos contrarrevolucionários, devido ao seu papel multiplicador e de formação de opinião. Queriam, com isso, “limpar” ideologicamente o campo educacional, para que as “sementes” do comunismo e do socialismo, ali, não vingassem.

Nesse sentido, instituições privadas – fundações *Ford* e *Rockefeller* – e agências do governo estadunidenses, investiram pesado capital político, cultural e ideológico na educação brasileira. Conforme explicitado por Motta (2014), entre os anos de 1961 a 1974 a agência do governo dos Estados Unidos, *United States Agency for International Development (USAID)*, firmou acordos com o MEC e destinou significativa quantia de dinheiro para a educação brasileira. Escolas e universidades passaram a ser um dos principais focos da ação modernizadora.

Vale ressaltar que, o grupo que deu sustentação ao golpe civil militar de 1964, não era homogêneo, sendo formado por liberais, conservadores, reacionários, nacionalistas autoritários e alguns reformistas moderados. Eles apresentavam não só diferenças sociais, mas também ideológicas. Portanto,

não havia ainda, entre eles, clareza de propósitos sobre os rumos que deveriam tomar a política no Brasil, exceto a certeza de afastar do poder quaisquer inimigos de esquerda, conforme sublinha Rodrigo Motta (2014). Segundo esse mesmo autor, foi por isso que a política universitária brasileira, durante o regime militar, consolidou-se somente no início dos anos 1970 – resultado de choques e opiniões de grupos divergentes.

No Brasil, sobretudo os grupos mais influenciados pelos argumentos liberais, defendiam uma proposta política para educação superior que desse

... ênfase ao ensino técnico, em detrimento da tradição humanista, (...) [privilegiando] o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da pesquisa voltada para a ciência pura. Para essa vertente, as universidades não precisavam ser públicas e tampouco gratuitas. Ao contrário, questionava-se o estatuto da gratuidade do ensino e defendia-se a cobrança de taxas dos estudantes que pudessem pagar (MOTTA, 2014, p. 9).

Em fins da década de 1950 e início da década de 1960, outro projeto de reforma para o ensino era reivindicado, pela União Nacional dos Estudantes. Ressalto que, a maioria desse grupo identificava-se com as propostas de revolução socialista, motivo pelo qual os conservadores sempre olharam as propostas da UNE como um perigo para a nação. No cenário brasileiro, a União Nacional dos Estudantes, era politicamente organizada e influente nos debates sobre reformas educacionais. No início da década de 1960 a UNE realizava seminários nacionais de reforma universitária. Em seu primeiro seminário, realizado em Salvador, em 1961, reivindicavam: democratização da educação em todos os níveis; abertura da universidade ao povo, através da extensão universitária e dos serviços comunitários; articulação da universidade com os órgãos do governo, com o fito de colocar a universidade a serviço das classes menos favorecidas, no sentido de prestar-lhes assistência e serviços (CÓRDOVA, GUSSO e LUNA, 1986). Em seus discursos, a UNE reivindicava uma proposta de universidade que estivesse mais atenta aos problemas sociais.

Em seu segundo seminário, realizado em Curitiba, a União Nacional dos Estudantes apontava a necessidade de mudanças na estrutura do

conhecimento do ensino superior. Nesse sentido, criticava o tecnicismo pragmático em defesa do humanismo. Para tanto, tornava-se necessário a reorganização dos currículos, para que se adequassem à uma proposta de conhecimento da realidade nacional e do seu sentido histórico (CÓRDOVA, GUSSO e LUNA, 1986).

Pode-se perceber, no início da década de 1960, que o clima era de grande tensão, no Brasil, dado as disputas no cenário político e ideológico que movimentavam grande parcela da sociedade, a qual estava dividida entre revolucionários e contrarrevolucionários. Tensão que alcançou ponto crítico em 1964, com o golpe político militar que depôs o presidente João Goulart, implantando a ditadura militar, que trouxe graves consequências em todos os setores da sociedade, solapando a democracia e violando, em vários sentidos, os direitos políticos, civis e sociais³.

Os golpistas temiam a implantação de uma ditadura comunista, dada a progressiva esquerdização de uma significativa parcela da sociedade. É importante pontuar que João Goulart, ao governar o país, entre 07 de setembro de 1961 à 1º de abril de 1964, segundo Delgado (2009), atuou em prol da democracia política e pela efetivação de uma democracia social no Brasil, o que ia a contragosto dos conservadores. Ademais, conforme já citado, Jango era acusado pelos direitistas de apoiar os movimentos de esquerda, fator que contribuiu para que eles aumentassem ainda mais o ódio em relação ao seu governo.

³ Uma sociedade democrática tem como pressuposto e como fim o desenvolvimento de uma cidadania plena. Para José Murilo de Carvalho (2002, p. 9), tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Dentro dessa concepção, o cidadão pleno seria aquele que gozasse dos referidos direitos, portanto, a não titularidade, pelo indivíduo, de um desses direitos imprimiria a ele a identidade de um cidadão incompleto. Os direitos civis compreendem os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Estes se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de se organizar, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos que garantem a liberdade individual. Os direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício manifesta-se na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado. Esses direitos é que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua matriz diretiva é a ideia de autogoverno. Os direitos sociais foram criados para garantir à sociedade participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. Eles permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdades e garantir um mínimo de bem estar a todos.

E foi em nome dessa luta contra o comunismo que o golpe de Estado foi legitimado e a ditadura civil militar implantada. Como consequência imediata, e, portanto contraditória, inúmeras pessoas e instituições viram solapadas sua liberdade e autonomia, passando a ser rigidamente controladas pelo Estado.

Na ocasião, um dia após a deposição de João Goulart, em 02 de abril de 1964 o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu a Presidência da República. Porém, o poder passou a ser exercido pelo Comando Supremo da Revolução, representado pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grünewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. Aos olhos do novo governo, o regime, de caráter provisório, foi instaurado, com o objetivo de restaurar a ordem social, retomar o crescimento econômico, lutar contra a corrupção e conter o avanço do comunismo (BRASIL, 2001).

1.3. Ato Institucional nº 1 e a repressão política

No dia 09 de abril do mesmo ano, foi baixado, pelo Comando Supremo da Revolução, o ato institucional nº 1 (AI-1), redigido pelo jurista Francisco Campos. O referido ato estabelecia que:

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos.

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos.

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art. 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário (BRASIL, Ato Institucional Número 1, de 09 de abril de 1964).

Esse documento aumentava, sobejamente, o poder do presidente. Determinava que as eleições para presidência fossem indiretas, ou seja, anulava a participação do povo na escolha de seu governo – uma afronta aos direitos políticos e ao exercício da cidadania, portanto, da democracia política representativa. Foi, também, embasado nesse Ato que os direitos políticos de inúmeras pessoas foram suspensos.

Uma das, dentre tantas outras, formas de repressão da ditadura foi a instauração do Inquérito Policial Militar, por meio do qual se perseguia os adversários do regime (STEIN, 1998). Antes mesmo de definir os rumos que dariam ao país, uma das primeiras preocupações do governo militar, foi com o expurgo dos derrotados concentrados em sindicatos, organizações de trabalhadores rurais e instituições universitárias, os quais eram considerados “ninhos” de propaganda comunista, perigo do qual, aos olhos dos golpistas, o Brasil deveria ser salvo (MOTTA, 2014).

Nesse sentido, os principais protagonistas da repressão foram as forças policiais – militar e civil – e unidades das Forças Armadas. Os militares contaram, também com o apoio de militantes vinculados aos grupos de extrema direita – Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e integralistas –, “alguns dos quais montaram sua própria estrutura de coleta de informações durante o governo Goulart” (MOTTA, 2014, p. 25). Durante o governo Jango, os golpistas já vigiavam com estreiteza os esquerdistas – alvo pré-definido ao expurgo.

No contexto de expurgação dos derrotados, entre 20 mil a 30 mil pessoas foram detidas no momento do golpe de Estado. Grande parte dessas pessoas foram soltas, depois de serem interrogadas. Outras foram liberadas com instruções de aguardar inquéritos e eventuais processos judiciais. Desse grande grupo, entre mil a três mil pessoas permaneceram encarceradas (MOTTA, 2014).

Em relação ao meio acadêmico, durante a primeira onda repressiva, houve detenção em toda a parte. Vários/as professores/as universitários/as, ligados às concepções de esquerda, foram presos e submetidos às violências físicas e psicológicas. Os lugares de detenção eram as delegacias, penitenciárias, quartéis e, em alguns casos, navios, transformados em ambiente de prisão temporária. Compartilhavam o ambiente da prisão professores/as, estudantes, centenas de operários/as e trabalhadores/as, conforme dados coletados por Rodrigo Motta (2014).

No meio acadêmico, a violência foi mais grave com as lideranças estudantis, que na visão dos militares, eram os maiores responsáveis pela infiltração dos ideais de esquerda, nas universidades. Na tarde do dia do golpe de Estado, os militares depredaram e incendiaram o prédio da União Nacional dos Estudantes, situado na capital do Rio de Janeiro, objeto de ódio dos direitistas e grande fonte de preocupação do governo militar. A partir desse momento, impediram o funcionamento da UNE (MOTTA, 2014).

No ano do golpe, algumas universidades foram invadidas por tropas militares e pelo Exército, de armas em punho. Inúmeros/as alunos/as foram expulsos das universidades e vários/as professores/as e alunos/as foram presos e submetidos à interrogatórios e humilhações. Os militares vasculharam salas de estudantes em busca de propaganda subversiva e textos e livros de viés marxistas. As bibliotecas também foram vasculhadas e retidos os livros que expressam tais perspectivas ideológicas. E a UnB foi uma das primeiras, senão a primeira, a ter a liberdade democrática sufocada.

1.4. A Universidade de Brasília: liberdade e autonomia dilaceradas

Exemplo crítico foi invasão dos militares na Universidade de Brasília, no dia 09 de abril de 1964. Segundo Salmeron (2012), os militares chegaram armados, em 14 ônibus, com três ambulâncias, receando que encontrariam

grupos prontos para o confronto. O cenário era de guerra, tamanha foi a bruteza dos militares para com os/as acadêmicos/as. Interditaram a biblioteca e os escritórios de professores/as, por duas semanas. Após essa invasão o reitor Anísio Teixeira e o vice Almir Castro foram demitidos de seus cargos e, Zeferino Vaz foi nomeado ao posto de reitor, por ser um nome de confiança do novo governo, pois havia participado diretamente do golpe de Estado. O Estado nomeava reitores, que fossem aliados fiéis ao novo governo, como medida estratégica para expandir o controle sobre as universidades.

No dia 10 de abril o *Correio Braziliense*, primeiro jornal de Brasília, publicou matéria sobre a primeira invasão das tropas militares na UnB, com o seguinte título, em letras garrafais: **MATERIAL DE PROPAGANDA COMUNISTA APREENDIDO PELO EXÉRCITO NA UnB – UNIVERSIDADE CERCADA**, noticiando que as tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais haviam cercado quase totalmente a universidade. Todo o material retido foi levado para o quartel do Batalhão da Polícia do Exército e cinco estudantes foram presos, acusados de serem agentes comunistas.

Do conjunto de material apreendido, pelas forças militares, destacam-se os panfletos que eles consideravam ser de propaganda russa, cubana e chinesa, além de muitos livros que exaltavam personalidades como Lenin, Stalin, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung, como também livros de autoria de Trotsky e Mulk Raj Anand, considerados péssimas influências ideológicas. Foram também apreendidas bandeiras de países socialistas, como a China comunista (CORREIO BRAZILIENSE, 10 de abril de 1964 *apud* SALMERON, 2012). Narradores que testemunharam o referido período de repressão, na UnB, colocam que alguns livros, simplesmente por terem a capa vermelha eram retidos pelos policiais, que enxergavam, ali, material subversivo.

A pesquisa revela que, quando da invasão no campus, o Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília era formado por Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Hermes Lima e Abgar Renault – membros do Conselho Federal de Educação -; Oswaldo Trigueiro, procurador-geral da República; frei Mateus Rocha, provincial da Ordem dos Dominicanos no Brasil e os suplentes Alcides

da Rocha Miranda e João Moojen de Oliveira, secretário de Agricultura do Distrito Federal. Este Conselho foi destituído e nomeado um novo formando, em grande parte, por pessoas que não tinham interesse especial pelo ensino e pela pesquisa. O Conselho ficou, então, assim composto: deputado Luís Vianna Filho, chefe do Gabinete Civil do presidente da República; Oswaldo Trigueiro, procurador-geral da República; Plínio Cantanhede, prefeito do Distrito Federal; Antônio Couceiro, presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, e o reitor Zeferino Vaz (SALMERON, 2012).

A pesquisa documental, também mostra que, ao tomar posse, o novo reitor tratou de liberar os/as professores/as e alunos/as que foram presos/as durante a primeira onda repressiva, o que trouxe à comunidade universitária a esperança de normalização na instituição. Porém, em maio de 1964, iniciou uma nova fase de expulsão de docentes, sob a alegação de conveniência da administração. Esta deu a eles o prazo de trinta dias para desocupar as unidades residenciais de propriedade da Fundação Universidade de Brasília. Os/As professores/as que eram alvos de demissão eram adeptos às concepções políticas de esquerda, aos movimentos revolucionários, ao viés marxistas de explicação da realidade, etc. Porém, tais demissões, nem sempre, eram embasadas em provas verídicas que comprovassem a relação dos docentes com as referidas perspectivas ideológicas, mas em simples denúncias sem provas que as justificassem, sobeja era a injustiça implantada na UnB. Ademais, Zeferino Vaz, muitas vezes, demitiu professores/as por achar que eles não tinham o perfil necessário para assumir tal posto. Julgava poder avaliar, até mesmo em áreas que não eram de sua competência, quem tinha formação satisfatória para atuar ou não como docente (SALMERON, 2012). A liberdade de pensamento e expressão não tinha nem vez e nem voz nesse cenário.

Documentos pesquisados informam que houve três casos de demissões e afastamentos de professores/as que merecem atenção, pois mostra um pouco o caráter ambíguo da administração do reitor, que ora agia respeitando o caráter autônomo da Universidade e, ora como interventor. Talvez essa atitude possa ser compreendida, levando em consideração o contexto no qual Zeferino

Vaz estava inserido, como pressão externa do Estado autoritário, visto que era comprometido politicamente, pois foi nomeado como reitor para colocar em prática uma nova ordem que fosse de encontro com a perspectiva ideológica do novo governo.

Um desses casos, conforme relata Salmeron (2012), refere-se à contratação e depois demissão, pelo próprio reitor, do Professor Ernani Maria Fiori. Este foi contratado, na qualidade de professor associado, para organizar o Departamento de Filosofia na Universidade de Brasília, o que entusiasmou vários docentes do Instituto Central de Ciências Humanas, devido a reconhecida carreira e competência do professor, naquela área de conhecimento. Porém, Ernani, antes da implantação da ditadura militar de 1964, no Brasil, era professor de filosofia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na época denominada como URGS e, foi demitido e aposentado, nessa instituição, pelo Ato Institucional nº 1. Portanto, sua contratação na UnB, aos olhos do governo militar, era “ilegal”. Zeferino Vaz foi pressionado, pelo Estado autoritário, à demitir o professor, o que lhe somou descrédito junto à comunidade universitária, porque tal ato feria o Estatuto da UnB e reiterava o desrespeito à autonomia da Universidade. Isso alimentou um clima de insegurança na instituição, pois os/as professores/as e funcionários/as começaram a temer uma nova onda de demissões.

Outro caso que merece destaque foi o afastamento da antropóloga Edna Soter de Oliveira, da UnB. Antes de exercer suas atividades nesta instituição, a referida antropóloga atuava como servidora do Ministério da Educação e Cultura e, logo após a criação da Universidade de Brasília, foi colocada à disposição desta instituição⁴, pelo MEC, passando a receber seu salário pela UnB. Nesta instituição seu cargo consistia em organizar os dossiês dos/as alunos/as e dar-lhes informações administrativas. Salmeron (2102) pontua que a antropóloga dedicava parte do seu tempo a ouvir os/as alunos/as, dando-lhes assistência mais ampla do que seu cargo exigia. Tal dedicação chamou a atenção dos militares que interpretaram esse ato como uma possível forma de

⁴ Muitos/as funcionários/as e professores/as, que antes eram servidores/as de outros órgãos públicos, haviam sido colocados à disposição da Universidade de Brasília.

influenciar os/as alunos/as à subversão e indisciplina, afastando-a da instituição. Zeferino Vaz foi tomado de surpresa com essa ocorrência. Como podemos observar, o ambiente acadêmico era rigidamente controlado pelos militares. Qualquer ato que pudesse fazer inferência à uma suposta “subversão” ou “indisciplina” que contrariasse a nova ordem política, portanto autoritária do regime militar, era rigidamente controlada. A universidade perdera totalmente sua autonomia. Nem mesmo Zeferino Vaz, que estava ali para servir o Estado, não tinha autonomia administrativa. O caso de Edna Soter junto com o de Fiori foi determinante para que Zeferino Vaz deixasse a reitoria, pois tais fatos o deixaram ainda mais desacreditado junto à comunidade acadêmica.

O mesmo autor ainda ressalta que, em assembleia, ocorrida no dia 25 de agosto de 1965, Zeferino Vaz, quando da apresentação de seu sucessor, Laerte Ramos, pronunciou ali o argumento que justificava as demissões dos/as professores/as em maio de 1964 – eram professores/as medíocres. Justificativa esta que seria também utilizada por Laerte Ramos para demitir outros/as professores/as durante sua gestão como reitor. Em seu discurso, Zeferino Vaz acrescenta: “Há ainda muitos medíocres, cujos currículos têm de ser revistos. (...) O currículo do professor Las Casas é medíocre” (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, *apud* SALMERON, 2012, p. 207). O Professor Roberto Décio Las Casas, também havia sido colocado à disposição da UnB, pelo Ministério da Educação e Cultura, em abril de 1965. Três meses depois, o ministro da Educação pediu a devolução do referido professor ao INEP – órgão onde era lotado como servidor, antes de ser colocado à disposição da UnB. Os professores/as e servidores/as da Universidade de Brasília, presentes na assembleia, ao ouvir o reitor dizer que o currículo de Las Casas era medíocre e que outros currículos “medíocres” deveriam ser revistos, interpretaram que outras demissões estariam sendo preparadas. A adjetivação de professores/as como medíocres, passou a ser interpretada, por muitos, como estar na lista dos/as que seriam expulsos da UnB. A verdade é que Professor Las Casas não foi demitido por conta de seu currículo, mas porque, em outra ocasião ele teve

um inquérito em Belém do Pará, onde foi acusado de subversivo por um juiz de Direito (SALMERON, 2012).

O desrespeito ao Estatuto da Universidade de Brasília e à autonomia desta, somado ao clima de insegurança por parte dos/as professores/as, os/as quais sentiam que poderiam ser expulsos a qualquer momento, levou o corpo docente a se manifestar por meio de uma greve, no dia 08 de outubro de 1965, de 24 horas. Na ocasião, no dia 09 de outubro, os/as estudantes também entraram em greve, em solidariedade aos/às professores/as e devido às suas inúmeras reivindicações não atendidas: falta de equipamentos nos laboratórios, má funcionamento da instituição, péssimas condições de funcionamento do restaurante universitário etc. A resposta do então reitor, Laerte Ramos, à greve foi drástica e repressiva: solicitou ao General Riograndino Kruehl, Diretor do Departamento Federal de Segurança Pública, o envio de tropas à universidade, para que se restabelecesse a ordem. Tal decisão foi embasada na Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que vedava o direito à greve nas atividades universitárias (SALMERON, 2012).

A universidade foi tomada pelas tropas militares que agiam contra qualquer aglomerado de mais de duas pessoas, pois para eles poderia ser um indício de subversão e indisciplina contra a ordem. Uma semana depois da invasão, após reuniões entre o reitor e o general, 15 professores/as foram expulsos da UnB, apontados/as como responsáveis pelo clima de “perturbação”, conforme publicado no Jornal Folha de São Paulo, de 18 de novembro de 1965. Em seguida, 223 professores/as pediram exoneração de seus cargos, em solidariedade aos docentes que foram expulsos. Com isso a UnB perdeu 79% do seu corpo docente (SALMERON, 2012).

A Universidade de Brasília fora, o tempo todo, vigiada pelas forças militares. Na época o controle era exercido sob a responsabilidade do comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, coronel Darcy Lázaro, que fazia sentir sua presença quando julgava necessário. A vigilância era sistemática e rigorosa. Membros da polícia e de serviços secretos circulavam por todos os ambientes da universidade: assistiam aulas e conferências,

frequentavam o restaurante universitário e a biblioteca, se intrometiam em reuniões de alunos/as e professores/as, assistiam defesas de dissertação de mestrado e tese de doutorado, com os ouvidos sempre atentos a tudo que pudesse indiciar uma “subversão” ou “indisciplina”. Dessa forma, as autoridades policiais e militares se inteiravam de tudo o que acontecia, até mesmo das conversas entre alunos/as e professores/as (SALMERON, 2012).

A vida dos/as alunos/as e professores/as da UnB era vigiada dentro e fora do campus. Salmeron (2012), relata que quatro professores – Antônio Rodrigues Cordeiro, Ênio L. de Freitas Melo, Jorge da Silva Paula Guimarães e José Reinaldo Magalhães – foram abordados por policiais, quando estavam tomando café na Avenida W3. Os policiais disseram que tinham ordens para levá-los à delegacia para serem interrogados. As autoridades policiais ao interrogá-los queriam saber se os referidos professores estavam ligados a grupos subversivos, pois eram docentes que conversavam muito com os/as alunos/as, até fora da sala de aula. Com esse argumento, foram apontados como possíveis agitadores e encorajadores de alunos/as à subversão. Os professores chegaram a ser liberados, mas poucos dias depois foram expulsos da UnB.

A pesquisa documental acrescenta também que não era necessário provas, para que os alunos e professores fossem apontados como “inimigos” do regime militar. Uma simples acusação, dada por terceiros, um simples discurso que indicasse afinidade com a revolução social, ser pego lendo um livro de viés marxista, ou até mesmo um livro de capa vermelha que não tinha nada a ver com o marxismo, era o bastante para que pessoas fossem consideradas uma ameaça ao regime. Chega a ser jocoso a atitude dos militares ao prender e interrogar pessoas que carregavam livros vermelhos. Muitas vezes tais livros não tinham ligação nenhuma com a perspectiva ideológica da revolução social. O valor simbólico da cor vermelha levou muitos militares ao equívoco, pois tal cor estava presente em bandeiras de países comunistas, em bandeiras dos partidos comunistas, como também na capa de alguns livros de matriz ideológica marxista – viés que sustentava os levantes

revolucionários e o ideário comunista. O comunismo se tornou um “monstro” a ser combatido e, esse “monstro” tinha uma cor: vermelho.

Foram 4 as invasões ocorridas na UnB, e uma das mais trágicas foi a ocorrida em 29 de agosto de 1968. Na manhã deste dia, as tropas da Polícia Militar no DF, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia do Exército e agentes à paisana do Dops chegaram na UnB armados com bombas de gás lacrimogênio, metralhadoras, bazucas, revólveres e cassetetes cercando todo o campus universitário. As forças armadas invadiram as salas de aulas e levaram todos/as os/as alunos/as e professores/as para a quadra de esportes da instituição, com o fito de fazerem uma triagem. Na ocasião vários estudantes foram presos, entre eles o presidente da Federação dos Estudantes da UnB, Honestino Guimarães, que teve prisão preventiva decretada pela Auditoria da 4ª Região Militar. Na lista de pessoas a serem presas, além do nome de Honestino Guimarães, estava também o de Paulo Sérgio Ramos Cassis, Paulo Speller, Samuel Yoguru e Mauro Mota Burlamaqui, acusados de fazerem reuniões com objetivos subversivos, nas dependências da instituição (SALMERON, 2012).

O líder da Federação de Estudantes da UnB⁵ foi detido dentro do campus, o que na visão dos militares, indicava complacência do reitor⁶ com os atos de “perturbação da ordem”, por parte dos/as alunos/as (SALMERON, 2012).

A invasão deixou várias pessoas feridas. Dentre elas deram entrada no pronto-socorro do HDB – Hospital do Distrito Federal: o universitário Waldemar Alves da Silva Filho, atingido por uma arma de fogo, Marcos Borges, Antônio Carlos Pedroso, Márcio José dos Santos e José Ferreira Filho, que sofreram pancadas na cabeça (SALMERON, 2012).

As consequências da invasão teve grande repercussão, no Brasil, chamando a atenção de políticos e da sociedade civil, em geral. Uma

⁵Honestino Guimarães, após ser preso, ninguém mais obteve notícias de seu paradeiro. Foi um dos desaparecidos durante a ditadura militar (SALMERON, 2012).

⁶A partir do dia 3 de novembro de 1967, era reitor da UnB o professor Caio Benjamin Dias, sucessor de Larte Ramos de Carvalho (SALMERON, 2012).

delegação do Partido MDB visitou o local e descreveu, através de um relatório ao partido, os resultados daquele episódio da seguinte forma:

Visitamos, em primeiro lugar, os laboratórios da Faculdade de Medicina, onde pairava ainda uma tênue camada de gás lacrimogêneo, cujos efeitos prontamente sentimos. A porta traseira do laboratório fora arrombada, a pontapés, pelos policiais, no momento em que os alunos trabalhavam em estudos de anatomia, com cobaias. Observamos que os vidros que existem na parte superior de todas as salas do laboratório tinham sido destruídos pelos estudantes, que, em pânico, tentavam fugir aos efeitos do gás lacrimogêneo.

(...) No terraço havia manchas de sangue do estudante Waldemar da Silva Filho, baleado pela polícia (Correio Braziliense, 30 de agosto de 1968 *apud* SALMERON, 2012, p. 470-471).

No mesmo relatório, a delegação descreveu ainda que os militares entraram nos gabinetes da UnB e espancaram alunos/as, professores/as e os/as insultaram com palavrões. Várias pessoas, que estavam no local, foram presas e revistadas como se fossem criminosos (SALMERON, 2012).

Nesse mesmo ano, em 13 de dezembro de 1968, o Presidente da República, general Arthur Costa e Silva, baixou o Ato Institucional nº 5. Tal ato fazia parte de uma estratégia denominada como “linha dura”, do regime militar, devido ao descontentamento do governo com os rumos da política no país.

O referido documento trazia em seu texto, as seguintes prerrogativas:

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o quorum parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em:

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados.

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário.

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas "d" e "e" do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos (BRASIL, Ato Institucional Número 5, de 13 de dezembro de 1968).

O referido ato conferiu, sobremaneira, poderes excepcionais ao Executivo e praticamente eliminou todas as liberdades individuais e institucionais. Esse documento foi promulgado com objetivo de barrar as forças políticas que se mobilizaram contra a ditadura militar. Ademais, o ano de 1968 é emblemático pois, segundo Ricardo Antunes e Marcelo Ridenti (2007), foi marcado por manifestações em vários países do mundo – Alemanha, Grécia, México, etc., – devido ao descontentamento político e social de grande parte das sociedades. Dentre os exemplos dos agentes dessas manifestações que expressavam esse descontentamento, podemos destacar: estudantes, operários, feministas, homossexuais, ambientalistas, etc. Os movimentos de protestos social e político fizeram sentir sua presença em várias partes do mundo, como o maio libertário dos estudantes e trabalhadores franceses, a “Primavera de Praga” contra o “socialismo real” sob o domínio da URSS, o massacre de estudantes no México, mas manifestações nos Estados Unidos contra a guerra do Vietnã, movimentos de contracultura e outros tantos.

Tais acontecimentos não deixaram de motivar os movimentos contra a ditadura civil militar no Brasil. Os movimentos, aqui, também fizeram presença nesse cenário político internacional conturbado. Exemplo disso são as várias manifestações estudantis, que reivindicavam ensino público e gratuito para todos, reformas no ensino superior, além de contestarem contra a ditadura militar, exigindo respeito às liberdades democráticas.

Nesse sentido, pontua Ricardo Antunes e Marcelo Ridente (2007), que protestos em centros universitários ocorrem em várias partes do país: Belo Horizonte, Curitiba, Brasília, Salvador, Recife Fortaleza, Porto Alegre, João Pessoa, Florianópolis, Natal, Belém, Vitória, São Luís. Conhecida como Passeata dos Cem Mil, ocorrida em 26 de junho de 1968, no Rio de Janeiro, o

levante contava com a participação de estudantes, artistas, religiosos dentre outros atores sociais, que protestavam contra a ditadura civil militar.

Como resposta imediata à essas manifestações o governo militar intensificou a repressão, com a promulgação do AI-5. Conforme salientado no preâmbulo deste documento, o governo tomou tal medida justificando que era necessário dar continuidade ao processo revolucionário de março de 1964 que tinha como objetivo último garantir uma autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo brasileiro, na luta contra a corrupção (BRASIL, Ato Institucional Número 5, de 13 de dezembro de 1968).

Na visão do governo militar, esse ato foi impreterível para que se restabelesse a ordem interna, abalada pelos “inimigos” políticos de esquerda. Foi em nome dessa “autêntica democracia” que inúmeras pessoas foram presas, torturadas, mortas e demitidas de seus cargos públicos.

Foi também em nome dela que o governo baixou o decreto-lei nº 477, o qual estabelecia que:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido

ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem (BRASIL, Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969).

1.5. Assessorias Especiais de Segurança e Informações: como os agentes do Estado atuavam na Universidade de Brasília

Foi no contexto do AI-5 e o Decreto-Lei nº 477, que o governo militar criou órgãos de informação dentro das universidades brasileiras: Assessorias Especiais de Segurança e Informação – Aesis ou ASIs –, que tinham como função vigiar a comunidade universitária impedindo o que, dentro da lógica do regime, eles entendiam ser a “subversão” ou “indisciplina”. Tais órgãos integravam um sistema eficiente cuja estrutura possibilitava e facilitava a comunicação entre as assessorias nas unidades acadêmicas e os escalões superiores de onde emanavam as determinações políticas de controle sobre as universidades (MOTTA, 2014).

Dessa forma, o governo militar vigiava, por meio dessas assessorias, metódica e, minuciosamente, a vida de estudantes, professores/as e servidores/as das universidades, para que as ideias contra a ditadura militar não criassem raízes na ambiência acadêmica. Essas assessorias eram apenas a “ponta do *iceberg*”, integrando a imensa estrutura sistêmica de controle exercido pelo Sistema Nacional de Informação (SNI).

Convém lembrar, conforme aponta Motta (2014) que o Sistema Nacional de Informação foi criado em 1964, logo após o golpe político. A princípio esse órgão tinha como função dispor de informações estratégicas úteis para subsidiar as ações do governo, mas agiu preventivamente contra os “inimigos” do regime militar – adeptos aos socialismo e comunismo. Nesse sentido acabou se tornando, para o governo, um importante serviço de repressão e controle. Ao longo do regime civil militar o SNI passou por várias reestruturações a fim de aumentar sua eficiência.

A primeira reestruturação e ampliação do Sistema Nacional de Informação, ocorreu em 1967, quando o governo decidiu criar as Divisões de Segurança e Informações (DSIs). O papel das DSIs consistia no assessoramento dos ministérios no que se refere às tomadas de decisões e às questões de segurança, sendo duplamente subordinadas: ao seu respectivo ministro e ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). A partir de 1970 a coordenação do DSIs, que até então era exercida pelo CSN, passou a ser comandada pelo SNI. Importante salientar que, para se precaver contra

qualquer ação contrária ao regime, “os diretores das DSIs em geral eram oficiais superiores reformados das Forças Armadas – coronéis ou generais do Exército, brigadeiros da Aeronáutica” (MOTTA, 2014, p. 195). Eram, portanto, autoridades de confiança do governo, pois lidavam com questões muito delicadas que requeriam o maior sigilo possível.

Sendo assim, cada ministério possuía sua DSI, cada qual cuidando da “segurança” e informações de sua respectiva competência. A DSI/MEC, cuidava, dentre outras, da vigilância sobre as universidades, subsidiando de forma criteriosa o controle sobre tudo aquilo que pudesse abalar a estrutura ideológica do Estado. Segundo Motta (2014, p. 195), seu corpo funcional era composto por analistas de informação e analistas de segurança, os quais atuavam a partir da seguinte estrutura: “Direção, Seção de Informações e Contrainformação (Sici/DSI), Seção de Segurança Nacional e Mobilização (SNM/DSI) e Subseção de Apoio Administrativo (SSAA/DSI).”

Nova ampliação e reestruturação do aparato de informação é encabeçada pelo governo civil militar, em 1970, com a criação do Plano Nacional de Informação (PNI). O Plano foi elaborado tendo como base o conjunto de informações imprescindíveis para subsidiar os ministérios e o Presidente no controle contra tudo que enxergavam como subversão e indisciplina e que pudesse, de algum modo, fragilizar a estrutura do Estado. Outrossim, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI), para formar inúmeros agentes para servir a esse sistema de segurança (MOTTA, 2014). A profissionalização desses agentes aumentou ainda mais a eficiência do Estado, no interior desse sistema de controle.

O SNI funcionava como um grande sistema, que subdividia-se em inúmeras frações. Cada ministério possuía uma Divisão de Segurança e Informação (DSI), que por sua vez subdividia-se em Sistemas Setoriais de Informações, os quais deveriam elaborar seu próprio Plano Setorial de Informações (PSI), integrado ao PNI (BRASIL, 1970). Para aumentar a eficiência do Estado, na empresa do controle, a partir de 1970 foram criadas inúmeras agências – Assessorias Especiais de Segurança e Informações

(Aesis ou ASI) – em empresas públicas, autarquias, fundações, vinculadas ao DSI de seu respectivo ministério (MOTTA, 2014). Assim era a estrutura hierárquica do Sistema Nacional de Informações.

Após aprovação de seu Plano Setorial de Informações, o DSI do MEC encaminhou ofícios às universidades e órgãos públicos vinculados a esse Ministério, juntamente com a documentação referente à criação das Aesis, determinando que nomeassem um chefe responsável pela assessoria. Foram criadas cerca de 35 Aesis em universidades federais e estaduais, e por volta de 15 em outros órgãos públicos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura (MOTTA, 2014).

Segundo documentação analisada por Rodrigo Motta (2014), as Aesis universitárias eram subordinadas aos reitores, assessorando-os nos assuntos referentes à segurança e informação. Porém, funcionavam sob tutela da DSI do MEC. Dessa forma, o Estado fazia sentir sua presença, nas universidades, de forma mais estreita, pois era por meio das assessorias ligadas aos DSIs, que as pressões do governo em prol da ordem política militar chegavam até as reitorias. Nesse sentido, era função das Aesis:

- a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores;
- b) produzir informações para atender às demandas do Plano Setorial de Informações;
- c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas.

A preocupação efetiva era com os itens (b) e (c), ou seja, importava menos o assessoramento aos reitores e mais o fornecimento de informações para alimentar o sistema de segurança e repressão (MOTTA, 2014, p. 198).

Quando da criação das Aesis, os reitores tinham mais liberdade para escolher os chefes dessas assessorias. Na Universidade de Brasília, por exemplo, tal cargo foi exercido por um funcionário da instituição, nomeado pelo reitor. Porém, em 1975, depois de uma nova reestruturação do Sistema Nacional de Informação, por meio do Decreto nº 75.640, determinou-se que para ocupar a chefia da Aesis era necessário ter feito o curso de informação pela Escola Nacional de Informação ou pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (MOTTA, 2014). Podemos conjecturar que tal medida foi

empregada para garantir maior eficiência no sistema de repressão, colocando nesse cargo pessoas profissionalizadas para tal fim. Ademais, era necessário garantir, também, que esses chefes fossem ideologicamente condizentes com o Estado. Para tanto, nada melhor do que prepará-los por meio de uma formação especializada sob tutela do regime militar, o qual não dispensava esforços em colonizar mentes.

Para que não houvesse enganos e nem equívocos quanto as suas atuações nas universidades, os agentes das Aesis recebiam do DSI/MEC os devidos procedimentos e cuidados com que deveriam tratar os documentos sigilosos. Por exemplo, as Aesis cuidavam da triagem ideológica de alunos/as, funcionários/as e professores/as, a fim de identificar pessoas subversivas. Para isso, recebeu do DSI/MEC um manual que prescrevia o correto preenchimento do levantamento de dados biográficos. Para subsidiar o trabalho do agentes das Aesis, para que eles pudessem identificar com mais facilidade os “inimigos” do Estado, foram distribuídos entre eles, os seguintes textos e manuais dentre os mais utilizados: *Como eles agem*; *Manual sobre guerra psicológica*; *Manual de informações e contrainformação*; *Manual de Segurança das comunicações*; *Como identificar um possível usuário de drogas*; *Manual de informações* (MOTTA, 2014).

Na Universidade de Brasília, a Aesis desta instituição atuou de forma intensiva no controle e repressão do movimento estudantil. Rodrigo Motta (2014) ao pesquisar os documentos da Aesis/UnB encontrou inúmeros relatórios produzidos pelos agentes das Assessorias de Segurança e Informação sobre vários eventos ocorridos na universidade, a saber: manifestações estudantis, reuniões, palestras, assembleias dos estudantes, dentre outros. Nos relatórios eram identificados os/as alunos/as participantes e reproduzidos o teor dos discursos nos eventos. Além disso, os relatórios continham anexadas fotografias dos/as participantes desses eventos, tendo os/as líderes estudantis destacados/as. Tais relatórios continham informações valiosas para os militares, pois serviam para identificar e punir as lideranças estudantis.

Para intensificar o controle, os agentes da Aesis/UnB utilizou-se de algumas estratégias como colocar um microfone oculto no forro do diretório estudantil, facilitando assim o conhecimento sobre a ação dos/as estudantes no campus; a identificação de lideranças estudantis e universitários/as de esquerda (MOTTA, 2014).

Além dos/as estudantes os/as professores/as também eram sobremaneira visados/as pelos agentes da repressão. Os/As antropólogos/as que pesquisavam comunidades negras e indígenas, faziam parte do rol de docentes mais vigiados/as pelo regime, principalmente, se tivessem simpatia pela teorias marxistas. Antes de sair para campo de pesquisa, fora de sua região de moradia, pesquisadores da UnB faziam a solicitação ao CNPq. Este, antes de autorizar a liberação consultava o Conselho Nacional de Segurança para saber da conveniência política (MOTTA, 2014), visto que dependendo do tema abordado pelos/as pesquisadores/as – questões sociais, movimentos de esquerda, grupos sociais marginalizados, questão racial, etc., – poderia alimentar a eclosão de conflitos sociais e abalar a ordem estabelecida.

A pesquisa que subsidiou esse capítulo proporcionou conhecer com mais afinco a experiência da ditadura militar nas universidades e, em específico, na Universidade de Brasília, o que facilitará a análise da redemocratização na UnB durante a gestão do reitor Cristovam Buarque, no que se refere a retomada da liberdade e autonomia nessa instituição, destacando assim as mudanças empreendidas no limiar desse novo tempo.

Capítulo II

A redemocratização na Universidade de Brasília: gestão Cristovam Buarque

Como observado no capítulo I, a Universidade de Brasília, assim como as demais universidades brasileiras, viveram 21 anos sob domínio da ditadura civil militar, sendo rigidamente controladas pelo Estado autoritário. Este fez sentir sua presença, constantemente, por meio de inúmeras intervenções: nomeação de reitores condizentes com o regime; criação das Assessorias de Informações para triar o corpo funcional, afastando todos considerados “inimigos” do Estado; vigilância sobre o corpo docente e discente contra qualquer ato considerado subversivo; punição, por meio da tortura física e psicológica dos que eram considerados ideologicamente perigosos. A comunidade universitária vivia sob o manto do medo, dada a violência com que o governo militar tratava quem se manifestava contra o regime.

A ditadura civil militar deixou um rastro de consequências que ainda são lembradas e revividas por alunos/as, professores/as e servidores/as da Universidade de Brasília. Para àqueles que experienciaram e sobreviveram a esse triste capítulo da nossa história, ainda trazem vivas na memória as lembranças da dor e do sofrimento. São imagens impossíveis de se esquecer, pois deixaram marcas profundas nas mentes e nos corpos desses sujeitos que tiveram a sua liberdade dilacerada.

Passados os 21 anos de ditadura, a partir de 1985 uma nova aurora democrática começa a lançar luzes sobre a escuridão. Um novo tempo se inaugura no Brasil, com a redemocratização do país reverberando em diferentes frentes: sociais, políticas, culturais. Esse novo tempo era esperado pela maioria da sociedade brasileira, ansiosa pelas múltiplas liberdades que outrora foram sufocadas pela ditadura: liberdade de pensamento, de expressão, liberdade de se organizar em partidos, independente de sua orientação ideológica – socialista, comunista, democrática –; liberdade e autonomia para discutir os rumos da política no Brasil, sem correr o risco do

engessamento ideológico de um Estado autoritário; liberdade para manifestar, nas ruas, contra as injustiças sociais e políticas, e tantas outras liberdades que não tinham lugar no regime civil militar.

Na Universidade de Brasília, esse tempo tão esperado é simbolizado pela gestão do reitor Cristovam Buarque.

Neste capítulo destaquei alguns pontos referentes à redemocratização da Universidade de Brasília, durante a gestão do reitor Cristovam Buarque, no período que marca a transição, no Brasil, de uma estrutura política de Estado autoritário à retomada da democracia.

Para tanto, foi preciso destacar, nesse trabalho, alguns pontos do projeto de criação da UnB, reafirmando que o passado é a fonte do presente, pois este foi revisitado durante a gestão daquele reitor, quando do estabelecimento de algumas metas de abertura da universidade à sociedade e da construção de uma estrutura epistemologicamente democrática em que o conhecimento vai ao encontro das necessidades da sociedade brasiliense e brasileira em geral.

A gestão de Cristovam Buarque compreende os anos de 1985 a 1989. Dentro desse período, uma das primeiras medidas tomadas por ele foi a reinstauração da democracia no Campus e a reconquista da autonomia da UnB. Darcy Ribeiro, durante a cerimônia de posse do novo reitor, no dia 16 de agosto de 1985, diz que Cristovam Buarque teria como tarefa “reintegrar a Universidade de Brasília no comando de si mesma” (Correio Braziliense, 04/01/1987), visto que a instituição, durante um período de 21 anos, foi dominada pelo regime militar que solapou a democracia no Campus e interrompeu o projeto inovador da UnB. Passada a ditadura, para Darcy, o momento era propício para projetar o futuro da universidade, prefigurando o que dentro de dez, 20 anos, a UnB haveria de ser (Idem).

Era o momento para que a Universidade de Brasília reencontrasse o seu caminho para o qual fora criada. Usando aqui as próprias palavras de Cristovam Buarque, a UnB

(...) nasceu com a estrela do livre pensar, mas (...) logo teve seus primeiros passos interrompidos pelo golpe de 1964.

Agora, a UnB completa 25 anos de vida. Chega de jubileu-de-prata um tanto desgastada, até desacreditada, mas com fôlego para começar tudo de novo. A meta: recriação de uma universidade em que se domine o saber humano sem o cultivo à vaidade acadêmica. Os instrumentos: liberdade, autonomia, democracia (Correio Braziliense, 04/01/1987).

A reconstrução da autonomia e democracia na universidade, teve como desdobramento a retomada e ressignificação de seu projeto inicial, tal como foi concebido por Darcy Ribeiro, para atender, ali, à outras necessidades no alvorecer da nova ordem do tempo, em fins da ditadura militar, no Brasil. É importante frisar não só as mudanças promovidas na Universidade de Brasília, por Cristovam Buarque, mas também as permanências. Mas, não quero dizer com isso que as ressonâncias do passado cristalizam-se resistindo ao tempo. Mas pelo contrário, a História tem mostrado que as continuidades, analisadas em seus contextos sócio-históricos, são descontínuas em seus significados, por serem reivindicadas dentro de outras condições de possibilidades diferentes daquela que foi o contexto de sua gênese.

2.1. A Universidade de Brasília clama pela reforma universitária

A capital do Brasil, Brasília, nasceu pautada nas ideias de mudança, progresso e superação do atraso. Para Juscelino Kubitscheck, responsável pela transferência da capital do Rio de Janeiro para o Centro-Oeste, em sintonia com o imaginário modernista da época, existia no território brasileiro dois Brasis – dois mundos discrepantes: um do litoral mais desenvolvido, industrializado e um do interior, pouco povoado e atrasado, onde seus habitantes eram classificados por ele como não consumidores. O imaginário modernista/desenvolvimentista no Brasil era norteador de práticas políticas – na economia, na cultura e na sociedade, em geral – fazendo crer que um novo tempo era necessário. 50 anos em 5 foi o lema rotulador da política de JK que

acreditava na possibilidade do progresso e modernização do Brasil, tirando-o do atraso.

A transladação da capital é um marco simbólico para muitos brasileiros, estabelecendo a fronteira entre o atraso técnico, econômico e social que se deveria deixar para trás e o desenvolvimentismo nascente.

Nesse contexto, a Universidade de Brasília, tal como foi concebida, veio para conjugar no plano educacional e cultural com o que havia de mais moderno no plano arquitetônico e ideológico da nova capital. O projeto dessa instituição, foi na nossa história, um dos mais ambiciosos e empolgantes projetos da intelectualidade brasileira, na medida em que rompia com a estrutura universitária vigente em nosso país.

Segundo Luciana Quillet Heymann (2012), Juscelino Kubitschek, em 1959, incumbiu Darcy Ribeiro de criar a Universidade de Brasília. Darcy Ribeiro, insatisfeito com o ensino no Brasil, para o qual sempre lançou olhares críticos, idealizou uma Universidade que pudesse atender às necessidades brasileiras. Antes de entrar no projeto da UnB, tal como foi pensado por Darcy Ribeiro, é preciso conhecer um pouco da trajetória desse intelectual para entender as condições em que o levaram a projetar a referida instituição.

Nasceu em Montes Claros, Minas Gerais, em 26 de outubro de 1922. 17 anos depois, em 1939, mudou-se para a capital mineira, Belo Horizonte, onde por algum tempo estudou medicina. Logo quando constatou falta de vocação para o ofício, abandonou o curso. Em 1943 retornou para Montes Claros e, um ano depois, conheceu um sociólogo americano, Donald Pierson, que lhe ofereceu uma bolsa de estudos o que lhe fez mudar para a cidade de São Paulo onde especializou-se em etnologia na Escola de Sociologia e Política, formando-se em 1946. No ano seguinte, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) o contratou como naturalista. Nos anos que se seguiram, passou períodos em aldeias indígenas da floresta amazônica e do sul do Mato Grosso, onde desenvolveu estudos etnológicos, o que lhe possibilitou publicar um livro, *Religião e mitologia Kadiwéu*, laureado com o Prêmio Fábio Prado. Em 1952, Darcy Ribeiro, tornou-se diretor da Seção de Estudos do SPI e no ano que se

seguiu inaugurou o Museu do Índio, no Rio de Janeiro. Em 1955 organizou o primeiro curso de pós-graduação em antropologia cultural no Brasil e nessa mesma época integrou-se no quadro docente da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde ficou responsável por cadeiras de etnologia brasileira.

A aproximação entre Darcy Ribeiro e Juscelino Kubitschek criou condições para que ele tivesse participação no planejamento e implantação da Universidade de Brasília. Tal fato ocorreu por dois motivos: segundo o próprio Darcy Ribeiro (1978), quando ainda se discutia sobre a transferência da Capital para o interior do Brasil, ele participou de um programa de televisão, de repercussão nacional, onde emitiu críticas sobre a inviabilidade do projeto, dizendo que a nova capital, no meio da nação, não interiorizaria o Brasil, mas somente a si mesma. E que não se tratava de desbravar o interior do Brasil, como pensava Juscelino e demais colaboradores e apoiadores do projeto, visto que isto já havia sido feito, mesmo que timidamente, primeiro pelos bandeirantes, depois pelos criadores de gado. Então, para o referido autor, em vez de construir uma nova cidade, o melhor seria retomar o projeto de Couto Magalhães que, no século XIX recomendava uma proposta mais viável de ocupação daquilo que ele concebia ser os “sertões brasileiros” – o interior do país.

Darcy Ribeiro (1978, p. 16-17), fazendo dele, o antigo projeto disse que:

(...) o recomendável seria abrir um sistema de represas e canais que ligasse o sistema fluvial Araguaia-Tocantins ao Paraná-Uruguai, vinculando, assim, através de uma imensa rede navegável, Belém do Pará, no norte, a Buenos Aires, no sul, para criar o equivalente a uma segunda costa brasileira. A população seria atraída e fixada ali através da abertura de uma frente de colonização para propriedades de 50 a 100 hectares, desapropriando-se para isso uma faixa de 100km em cada margem dos referidos rios. Este projeto grandioso – por certo mais grandioso do que Brasília, dizia – era, além disso, mais orgânico e consequente do que a transladação da capital federal.

Posteriormente, em meados da década de 1950 ao reavaliar sua concepção sobre a interiorização da capital, chegou a conclusão que o projeto de JK era politicamente viável, na conjuntura da época, enquanto sua proposta “não passava de uma desejabilidade meramente virtual” (RIBEIRO, 1978, p. 17). Ficou claro, para ele, que a construção de Brasília articularia as diversas regiões do Brasil, unificando a sociedade brasileira.

Segundo Darcy Ribeiro (1978), foi a partir dessa discussão televisiva que ele passou a existir para Juscelino Kubitscheck. Aliado a isso, ele também, na época, trabalhava no Ministério da Educação no qual escrevia para a mensagem presidencial, os capítulos referentes à educação. Na ocasião, era vice-diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do mesmo Ministério, junto com Anísio Teixeira, com o qual lutou a favor da escola pública, para que tivesse características mais democráticas o que ia a contragosto das facções de direita, os quais defendiam uma educação, que para Darcy e Anísio, era elitista.

Ademais, esses dois intelectuais trabalhavam juntos em um empreendimento referente ao planejamento e implantação do ensino primário e médio públicos para Brasília. Nesse contexto começou a pensar, também, sobre o ensino superior, em uma proposta de Universidade que conjugasse com a concepção inovadora da própria cidade-capital nascente, o que atraiu a atenção de Juscelino Kubitscheck. Este, em 1960, ao criar uma comissão para planejar a Universidade de Brasília, nomeou Darcy Ribeiro como presidente. Junto com ele, trabalharam no mesmo projeto Oscar Niemeyer, responsável pelo plano arquitetônico dos prédios públicos e Cyro dos Anjos (RIBEIRO, 1978).

Mas desde o seu planejamento, a criação de uma nova universidade, em novas bases e princípios educacionais, atraiu inúmeros opositores: a elite intelectual conservadora e professores/as universitárias/os reacionários/as. Além deles, uma das maiores oposições enfrentadas foi a de Israel Pinheiro, coordenador das obras da nova capital. Segundo Darcy Ribeiro (1978), ele aproveitava qualquer oportunidade para colocar abaixo a iniciativa do projeto

da UnB, contra-argumentando que era necessário afastar de Brasília as manifestações de estudantes e greves operárias que poderiam prejudicar a transferência da capital. Por fim, sem mais poder evitar que o referido projeto se concretizasse, outorgou um terreno que ficava a seis quilômetros de Brasília, para que ali, com o intuito de isolamento, se fizessem as obras da Universidade, já que havia ficado claro para ele que era impossível impedir sua construção.

Vê-se que foi preciso muito esforço e “jogo de cintura” por parte de Darcy Ribeiro para que o projeto fosse avante. Outra oposição difícil de contornar foi a Igreja Católica. Na época, um bispo procurou Juscelino Kubitscheck e disse a ele que a Companhia de Jesus queria implantar, em Brasília, uma Universidade Católica, argumentando que em Washington, capital dos Estados Unidos, onde a maioria dos religiosos são protestantes, a principal universidade era católica. E, além disso, que os jesuítas angariariam recursos próprios para a edificação da instituição de ensino e destinaria à ela seus melhores quadros (RIBEIRO, 1978).

JK ao comunicar-se com Darcy sobre esse assunto disse que entre a Universidade católica e a UnB, lavava as mãos. Darcy Ribeiro não se desesperou totalmente com o posicionamento de Juscelino Kubitscheck e procurou apoio junto ao Frei Mateus Rocha, que naquela época era o superior da Ordem Dominicana. Expôs a ele o projeto inovador da Universidade que queria implantar em Brasília, uma Universidade que iria muito além de formar profissionais qualificados para atuar em seus respectivos ofícios. A instituição que projetou tinha como meta e missão pensar o Brasil como problema, por meio do investimento massivo em pesquisa e de uma formação crítica consistente. Darcy Ribeiro, propôs ainda ao Frei a implantação nessa universidade de um Instituto de Teologia Católica, que inclusive ofereceria cursos de doutorado. Após a Revolução Francesa, seria a primeira instituição pública de ensino superior que teria um instituto dedicado a essa área de conhecimento (RIBEIRO, 1978).

Depois de refletir sobre o assunto e consultar seus colegas, Frei Mateus Rocha aceitou o desafio e conseguiu aprovação do Papa João XXIII. Este além de aprovar o projeto encaminhou a Darcy Ribeiro suas obras completas com dedicatória. Segundo o próprio Darcy Ribeiro (1978), este foi atacado de traição ideológica por muitas pessoas, pois sabemos que durante muito tempo a educação foi monopolizada pela Igreja Católica nos anos precedentes à Revolução Francesa. Tal aliança não deixou de trazer desconfortos para alguns intelectuais brasileiros, mas Darcy Ribeiro rebateu as acusações confirmando que ninguém poderia negar categoria acadêmica à teologia e que o importante é que a Igreja Católica retornava à universidade pública naquele momento, não como dona, visto que o curso de Teologia seria regido pelo Estatuto da Universidade.

A Igreja Católica já não era mais uma oposição à criação da UnB. Darcy Ribeiro ao dar essa notícia a JK, este encaminhou um telegrama ao Ministro da Educação para que encaminhasse o projeto de criação da Universidade de Brasília, coordenado por Darcy Ribeiro, ao Congresso Nacional, para fins de aprovação. Assim que Jânio Quadros assumiu a presidência da República, o referido projeto estava em tramitação na Câmara dos Deputados. Darcy Ribeiro e colaboradores ansiosos pela aprovação do projeto, acompanharam de perto todos os trâmites políticos e burocráticos necessários à autorização da criação da UnB, como também se esforçaram para quebrar a oposição, principalmente, os udenistas. Mas mesmo assim o projeto foi aprovado em todas as comissões da Câmara e depois no Senado (RIBEIRO, 1978).

Para Darcy Ribeiro não tínhamos uma tradição universitária a preservar e defender. O que possuíamos até meados do século XX era um aglomerado de escolas superiores dedicadas ao ensino profissionalizante, em condições precárias de funcionamento. A Universidade de Brasília, para uma parcela da intelectualidade brasileira, era um grande desafio para se repensar e reconstruir a educação superior em nosso país, desenhando uma nova estrutura que fosse de encontro com uma perspectiva desenvolvimentista e humanista que correspondesse às necessidades do povo brasileiro. Portanto, era necessário construir uma universidade sobre novas bases de ensino e

pesquisa. Muitos intelectuais, entre eles Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, apresentaram um diagnóstico crítico sobre as universidades brasileiras, o que serviu como contraponto no delineamento dessa nova estrutura educacional. Os seguintes pontos, no panorama da educação superior, deveriam ser superados:

- Falta de integração entre as federações de escolas superiores, que funcionavam de forma isolada e independente;
- Caráter unitarista das escolas superiores, cada qual incumbida por uma determinada área do saber, com aplicação do conhecimento de forma enciclopédica;
- Alienação do conhecimento engessado à matrizes curriculares internacionais;
- Falta de modernização do conhecimento e do investimento no domínio do saber científico e humanístico;
- Não articulação entre pesquisa e ensino que reverberasse na solução de problemas nacionais;
- Elitismo do conhecimento e necessidade de expansão das vagas em estabelecimentos públicos de ensino superior;
- Hegemonia do sistema catedrático; exíguos programas de pós-graduação para investimento em pesquisas que, primordialmente pudesse pensar de maneira crítica os problemas brasileiros e formar pessoas capacitadas a exercer o magistério superior;
- Falta de articulação da administração das escolas superiores com os estudantes no que se refere a participação destes na condução dos problemas internos das universidades;
- Distanciamento e falta de comunicação entre as universidades e o povo, o que poderia ser resolvido por meio de programas de difusão cultural e extensão universitária;
- Ineficiência na condução dos programas de ensino, que se resumiam na decoração de apostilas para provas, faltando a

necessária análise consciente e crítica do conhecimento (RIBEIRO, 1978).

A consciência dessa realidade, na educação superior brasileira, convergiu para que estudantes e renomados/as intelectuais brasileiros/as caracterizassem-na como uma crise universitária. Nesse sentido, foram travados inúmeros encontros e debates em que se discutia sobre a necessidade da reforma universitária, que encontrou oposição dos catedráticos.

Nos anos que antecederam a criação da Universidade de Brasília, existiam dois padrões opostos de propostas de universidade: a tradicional e obsoleta, conforme supracitado e, o projeto da UnB, cujas características inovadoras serão descritas.

Segundo Darcy Ribeiro (1978), a proposta de universidade inaugurada com a construção da UnB, não nascera inspirada em nenhum modelo de universidade, nem brasileira e nem estrangeira, visto que mesmo as universidades situadas nos países de primeiro mundo viram-se questionadas pelo seu corpo intelectual, pois se apresentavam obsoletas. Era sensível o desejo de reforma universitária, tanto no Brasil como no cenário internacional. Não existia, então, nenhum modelo de universidade que fosse de encontro com os propósitos libertários, que motivavam a reforma educacional entre a intelectualidade brasileira. O momento era propício para repensar as instituições superiores de educação, no Brasil, em novos moldes, fugindo do risco de engessamento de qualquer padrão internacional que não fosse de encontro com a realidade de nosso País, ou seja, que não correspondesse aos anseios e necessidades do povo brasileiro.

A Universidade de Brasília, conforme foi projetada dentro das necessidades de reformas no ensino superior, nascera para conjugar no plano educacional e, portanto, cultural com o que havia de mais moderno, desenvolvimentista e progressista na concepção da construção da cidade de Brasília. Brasília, como cidade-modelo, foi construída no “coração” do Brasil,

lugar de onde pulsaria a mudança tão esperada em diferentes frentes: políticas, econômicas e sociais. A UnB, nesse contexto, também nascera para ser uma universidade-modelo que, no plano cultural, pulsaria a mudança, contribuindo para o desenvolvimento científico, tecnológico e conhecimento crítico da realidade brasileira, por meio da educação e pesquisa. Mas para que isso de fato acontecesse, a educação e pesquisa deveriam estar voltadas para os reais problemas que assolavam a vida da sociedade brasileira. Com o projeto da UnB, Darcy Ribeiro propunha um convite a pensar o Brasil como problema.

Esse ambicioso centro educacional deveria propiciar: autêntico florescimento cultural e artístico, onde as letras e as artes tivessem condições de expressar, de forma original e criativa as marcas culturais da sociedade brasileira; formação em todas as áreas de conhecimento e em todos os níveis, dentro de uma estrutura interdisciplinar, ampliando assim os horizontes do conhecimento; abertura da universidade a egressos para que pudessem retornar à universidade para a realização de nova formação, por meio da extensão universitária, por exemplo, que contribuísse para sua área de atuação; abertura da universidade ao povo, fugindo assim do caráter classista e elitista da educação superior em instituições brasileiras; criticidade quanto às questões sociais – atraso cultural, desigualdade, etc., – e instigação no propósito de uma futura sociedade mais solidária e avançada; comprometimento das pessoas, por meio de uma educação que proporcionasse conhecimento crítico, com as reformas democratizadoras, em que os sujeitos pudessem se posicionar frente às questões sociais, cobrando do Estado as garantias mínimas de sobrevivência em uma sociedade mais justa (RIBEIRO, 1978).

Fazia parte, também, dessa proposta de universidade a formação de pessoas que tivessem olhos mais atentos às questões sociais, como, por exemplo, médicos preocupados com a saúde pública; legisladores para as grandes reformas institucionais; economistas que investissem seu capital intelectual em busca de propostas que ampliassem a prosperidade econômica aos diversos grupos sociais, de forma generalizável. O grande desejo daqueles que conceberam a Universidade de Brasília, era o de proporcionar e ampliar a

formação de pessoas com uma mentalidade fecunda, renovada e solidária, para a partir daí reformular também a nação brasileira (RIBEIRO, 1978). O projeto da Universidade de Brasília, modelo que deveria se expandir à outras universidades brasileiras, era parte integrante de um novo projeto de Brasil, pois dialogava com desenvolvimentismo e progressismo que motivou a construção da cidade de Brasília. Pautados em uma perspectiva de modernização para o país, os discursos sobre esse novo Brasil, traziam a ideia da necessidade de que tudo, ou quase tudo precisava ser novo: uma nova cidade, uma nova universidade, uma nova sociedade que se desenhavam dentro de um imaginário modernista, expresso na arquitetura de Oscar Niemayer, na reforma educacional etc.

A Universidade de Brasília, para seus projetores, viria a ser um grande centro cultural que traria para o centro do Brasil uma vasta equipe cultural, indispensável para garantir que a nova cidade-capital amadurecesse intelectualmente. Cobrindo todos os campos do saber, seria responsável pela ampliação e cultivo do conhecimento crítico e humanístico. Portanto, indispensável no centro do poder político, visto que, além de outras múltiplas funções, prestaria assessoramento aos órgãos públicos sempre que estes necessitassem de especialistas que os subsidiassem nas tomadas de decisões que dependessem de informação científica ou técnica (RIBEIRO, 1978).

Para Darcy Ribeiro (1978) somente uma universidade pautada na liberdade e no autogoverno poderia exercer essa função, não correndo o risco de seus intelectuais, possíveis assessores do poder público, se encontrarem tolhidos pelo engessamento ideológico. A liberdade e a autonomia eram elementos-chave que regiam a proposta de construção da UnB, precavendo-se de quaisquer coações externas que pudessem ameaçar seu autogoverno.

Fazia parte também dos propósitos investidos na UnB a politização da universidade. Nela recaía a responsabilidade do debate sobre os principais problemas que afligiam o Brasil, naquela época, tais como: desempenho industrial, pobreza, desigualdade social, dependência externa, etc. Estes temas seriam de interesse prioritário da Universidade de Brasília. Dessa forma, a

universidade trazia para dentro si o debate sobre tais questões, cultivando uma consciência crítica da realidade, e ao mesmo tempo criava um ambiente propício de posicionamento consciente das pessoas em relação àqueles problemas. Como se vê, essa proposta de educação reivindicava a formação de uma nova mentalidade, onde os sujeitos protagonistas das mudanças sociais tivessem força e voz na intervenção da realidade, com propósitos libertários “que permitissem ao povo brasileiro realizar suas potencialidades secularmente coarctadas” (RIBEIRO, 1978, p. 83). Ainda, segundo o mesmo autor, uma universidade nesses moldes, só poderia se desenvolver e sobreviver dentro de um sistema democrático, por privilegiar em sua estrutura a liberdade e autonomia. Por isso, a supressão desse projeto no período da ditadura civil militar.

Desse modo, a Universidade de Brasília foi pensada como um centro de pesquisa completo, que cobriria todas as áreas do saber, dentro de uma estrutura unificada que permitisse operar em dois grandes níveis: o cultivo e ensino das ciências e o estudo crítico de temas socialmente relevantes. Essa estrutura permitiria o ensejo de realização de pesquisas em alto nível acadêmico e científico, de importância estratégica para o desenvolvimento autônomo do Brasil. Enfim, pela primeira vez no Brasil uma universidade nascia sob a responsabilidade de pensar a sociedade brasileira nos diversos âmbitos da estrutura social.

Tal projeto não seria desenvolvido da noite para o dia, mas demoraria anos para se efetivar. Ao nascer dentro da estrutura elucidada acima, teve poucos anos de vida cobertos pelo manto da liberdade e autonomia. A UnB começou suas atividades, com sua inauguração em 1962. Depois de dois anos de vida, o sonho desse projeto se viu interrompido pelo golpe político de 1964, que solapou a democracia no campus, durante 21 anos de ditadura civil militar.

Seu propósito libertário e democratizante foi retomado, segundo indícios documentais e testemunhos da época, com a gestão do reitor Cristovam Buarque, entre 1985 a 1989.

2.2. Cristovam Buarque: reinvenção do espírito democrático

A própria escolha de Cristovam Buarque como reitor se situa no contexto de redemocratização do país e da UnB, em meados dos anos 1980.

Antes da eleição de Cristovam Buarque, como reitor, a candidatura à reitoria, dentro da estrutura política de controle ditatorial, acontecia da seguinte forma: o Colégio Eleitoral da UnB elaborava uma lista com seis nomes indicados ao posto. Essa lista era encaminhada ao Ministério da Educação, sendo este responsável em encaminhar um dos nomes ao Presidente da República, que aprovaria ou não a nomeação para reitor (JORGE, 2012). Essa era uma forma estratégica que garantia a permanência de um reitor, na universidade, que fosse adepto ao regime militar vigente.

Ainda, dentro dessa estrutura de controle ditatorial, a Associação de Docentes da UnB (ADUnB), criada em 1977 como forma de resistência ao controle dos militares, na luta contra o Reitor José Carlos de Almeida Azevedo⁷, decidiu fazer uma eleição paralela, de protesto, visto que em 1985 terminaria o mandato daquele reitor e seria eleito um novo, de acordo com as convenções da ditadura civil militar. Nesse contexto, a ADUnB começou elaborar uma lista de possíveis candidatos a reitor, paralela àquela elaborada pelo Colégio Eleitoral, na tentativa de convencer este a incluir alguns dos nomes indicados pela Associação de Docentes. Cristovam Buarque foi indicado ao posto, por um professor de Filosofia, em reunião realizada no Instituto de Ciências Humanas. Na ocasião, ele não se posicionou contrário, pois achou que a ideia de sua indicação não seria levada adiante (BUARQUE, 2012).

A Associação de Docentes apresentou uma lista de seis indicações para reitor ao Colégio Eleitoral, este sendo formado, em sua maioria, pelos adeptos a Azevedo e alguns democratas. Desta lista, Cristovam Buarque e Décio Munhoz foram incluídos no rol de candidatos ao posto, pelo Conselho Universitário. Na época, a Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz,

⁷Foi reitor da Universidade de Brasília, durante duas gestões consecutivas, entre 1976 e 1985 (Galeria de ex-reitores, UnB).

apontou Décio, mas este recusou. Então, chamou Cristovam para perguntar-lhe se aceitaria assumir a reitoria. Antes de dar a resposta definitiva disse que precisava consultar a comunidade acadêmica. Na ocasião foi realizada uma assembleia na UnB, onde se discutiu a seguinte questão: entrar ou não na reitoria pelas mãos dos militares? A maioria votou a favor (BUARQUE, 2012).

Sebastião Varela (1989) em seu livro “Passados que não se apagam: histórias da UnB”, relata um pouco, por meio da literatura de cordel, como se deu o esperado momento em que Cristovam Buarque foi eleito reitor da Universidade de Brasília

Nos dias últimos do pleito
ficou tudo acelerado
só se via cara alegre
entregando ao eleitorado
um ficha com seis nomes
candidatos a reitoráveis (p. 100).

O trecho relata a efervescência em que se encontrava a comunidade acadêmica nas vésperas da escolha do reitor. Grande parte do corpo docente e discente da UnB, via-se ansiosa pela escolha de um reitor que lhes representassem.

A Ministra da Educação ao encaminhar o nome de Cristovam Buarque ao Presidente da República, João Batista Figueiredo, Azevedo e o chefe do Serviço Nacional de Informação rasgaram o nome e disseram à ministra que indicasse outra pessoa.

Sebastião Varela poetiza esse momento

Quem é esse presidente
que falei no verso atrás
é nosso grande reitor
eleito meses atrás
mas a velha direção
lhe julgou incapaz (p. 100)

A nomeação de Cristovam Buarque não foi assinada pelo presidente da república, não por motivos de incapacidade, mas porque, simplesmente, Cristovam Buarque não era adepto ao regime militar. E como bem sabemos, os reitores nomeados durante a ditadura eram pessoas de confiança do governo, logo condizentes com o Estado autoritário. O ato de Azevedo e o chefe do SNI rasgarem o nome de Cristovam Buarque, quando de sua indicação a reitor, tem um significativo valor simbólico, demonstrando quanto ódio tinham pelos opositores ao regime militar, representado ali pela figura de um candidato ao reitorado, que pretendia, dentre outras coisas, restabelecer a autonomia e liberdade daqueles que experienciavam o ambiente acadêmico: professores/as, alunos/as, servidores/as etc.

Cristovam Buarque não ficou desgostoso pela sua não nomeação, pois ele não era nenhum pouco adepto à ideia de ser reitor com o ato assinado pelo Presidente Figueiredo, tal era o sentimento de repulsa que tinha pelo regime militar e seus seguidores. Mas se fosse nomeado e assumisse o cargo, logo depois renunciaria e convocaria uma eleição. O que ele não queria era ser reitor em um regime militar.

Esse posicionamento revela uma consciência democrática por parte de Cristovam Buarque, pois coloca em pauta a importância que dava à participação da comunidade acadêmica na escolha de dirigentes da instituição, trazendo à tona uma das facetas do sistema democrático – liberdade política –, o direito de votar e de ser votado.

Nas vésperas da posse de Tancredo Neves, como presidente, o professor Geraldo Ávila foi nomeado reitor da UnB. Porém, professores/as, alunos/as e funcionários/as, fizeram greve para que ele não assumisse o cargo. Permaneceu por 6 dias e depois renunciou. Com isso, a ADUnB começou a promover uma eleição para reitoria, tendo Cristovam Buarque como um dos candidatos ao cargo. Mas dessa vez a eleição foi direta e não de forma indireta, via Conselho. Cristovam Buarque foi o primeiro reitor da UnB, pós regime militar, eleito diretamente pela comunidade universitária. À maneira da democracia moderna, a UnB se torna um lugar de debate político – um espaço

social onde a comunidade acadêmica pode se posicionar sobre os rumos da instituição. O reitor, dessa maneira, passa a ser um representante da vontade da comunidade acadêmica.

Sebastião Varela (1989) expressa, por meio da arte, como foi esse momento tão esperado.

Mas como aqui neste mundo
cada coisa tem seu dia
e ninguém pode ser dono
de tudo quanto a terra cria
não houve quem empatasse
Dr. CRISTOVAM na Reitoria

Agora sim acredito
na nova democracia
a nossa Nova República
enxerta do Brasil
só a dezoito de junho
ela chegou por aqui

voltamos aos candidatos
nos dias da eleição
interessante campanha
mais bonita votação
cada um seus eleitores
na mais perfeita união

Muitos eleitores confusos
sem saber mesmo votar
muitos cabos esperantes
deixe eu vou explicar
meu candidato é esse
podem todos confiar (pp. 100-101).

Esse trecho de Sebastião Varela revela o quão foi efervescente a eleição; a confiança que a comunidade acadêmica depositava em Cristovam Buarque e; indicava que a democracia na UnB foi reinaugurada com essa nova gestão. Podemos afirmar que, a Universidade de Brasília, por meio da organização política de professores/as e alunos/as, foi pioneira na constituição de eleições democráticas, pós período ditatorial, pois as eleições diretas aconteceram, primeiramente, na UnB e só posteriormente, em 1989, para Presidência da República.

Para análise desse período e das ações durante a gestão do reitor Cristovam Buarque, foi imprescindível a realização de uma entrevista com o Prof. Dr. José Geraldo de Sousa Junior⁸, que durante aquela gestão, foi chefe de Gabinete do reitor. Portanto, acompanhou de perto as ações políticas e administrativas de redemocratização da Universidade de Brasília.

Um dos primeiros elementos que demarca o lugar da retomada da democracia na UnB foi, na gestão do Cristovam Buarque, a passagem de uma estrutura de segurança e repressão da ditadura militar à retomada de uma nova estrutura, inclusive, presente nas diretrizes que culminou na idealização e construção da UnB, pautada no autogoverno. Sabe-se que, o reitor anterior à eleição de Cristovam Buarque, era um oficial do sistema de segurança das forças armadas. A relação da universidade, a partir dele, com a estrutura de controle político sob a ótica da Lei de Segurança Nacional, criava um ambiente propício onde se estabelecia uma perfeita sintonia entre a universidade e os órgãos de controle e repressão – SNI, polícia federal, dentre outros – que tanta celeuma causaram no ambiente acadêmico. Assumir o posicionamento de redemocratização implicou na desmilitarização da universidade. Desse modo, Cristovam Buarque tratou logo de extinguir as estruturas de controle as quais eram embasadas na Lei de Segurança Nacional. Foi então extinta a Assessoria de Segurança e Informações, que durante o regime militar subsidiava o

⁸O Professor José Geraldo de Sousa Junior foi reitor da Universidade de Brasília entre novembro de 2008 a novembro de 2012. Fez Mestrado (1977-1981) e Doutorado (2004-2008) em Direito, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da UnB. É professor no Departamento de Direito da mesma instituição, desde 1985. Portanto, pôde ver de perto como se deu a transição entre a ditadura militar e a redemocratização da UnB, como também participou ativamente desta.

governo nas estratégias de controle sobre a UnB reprimindo as forças contrárias à ordem militar (Entrevista concedida pelo Prof. Drº José Geraldo de Sousa Junior, 05/06/2014).

Uma peça fundamental, segundo o Prof. José Geraldo de Sousa Junior (2014), durante a gestão de Cristovam Buarque, foi a convocação de uma Assembleia. Ele colocou a necessidade de reformular os estatutos vigentes, que estavam constituídos segundo modelos que dialogavam com a ideologia do governo militar. Exemplo concreto disso são as referências, no Estatuto, às questões disciplinares presentes nos decretos-lei 477 e 282 que impunha os mecanismos de restrição à ação política dos professores e estudantes.

Dessa forma, impedia a organização e manifestação de professores/as, alunos/as e servidores/as. Para mudar esta estrutura, Cristovam Buarque chamou atenção para a necessidade de realização de um Congresso Assembleia para que a comunidade acadêmica fizesse parte dessas mudanças. O objetivo desse congresso era o de fomentar o debate político dentro da universidade, fazendo com que professores/as, estudantes e servidores/as tivessem força e voz enquanto protagonistas das mudanças na estrutura da UnB.

José Geraldo de Sousa Junior (2014) pontua que Cristovam Buarque mandou distribuir em vários lugares da universidade, cartazes com a seguinte indagação: para onde vai a UnB? Abaixo da questão tinha um espaço em branco para que a comunidade da academia fizesse intervenções e comentários. Muitos destes apontavam em direção à redemocratização da instituição. Todo esse material foi reunido e catalogado para posterior envio ao I Congresso Assembleia da UnB, ocorrido em 1988, que contou com a participação de professores/as, alunos/as e servidores/as da Universidade de Brasília. Quando de sua realização, Cristovam Buarque indicou que os membros das comissões do Conselho Universitário, ali presentes, teriam voz, mas não votos, atribuindo dessa forma força à comunidade universitária nas tomadas de decisões sobre os rumos que deveriam tomar a universidade.

A maneira como Cristovam Buarque atribuía à comunidade universitária a responsabilidade política das ações institucionais, portanto a interferência dela nas tomadas de decisões dentro da UnB, nos remete um pouco aos gregos antigos no que se refere à democracia. Todavia, sabemos que da Grécia Antiga aos dias atuais o conceito de democracia e a forma como as sociedades expressam suas necessidades foram modificados e ressignificados em diferentes contextos sócio-históricos, visto que para os gregos antigos, segundo Rosenfield (2008) eram considerados cidadãos, dentro do regime democrático, somente os homens livres, excluindo da participação política os escravos e todos que se ocupavam das atividades de reprodução física e material. Dentro do nosso sistema político democrático representativo atual, todo ser humano, independente de raça, gênero e condição social é um cidadão, logo portador de direitos e deveres, dentre eles, alcançada a maioria, o direito político de votar, interferindo assim nas decisões que dizem respeito à coletividade. Pensando no cenário político nacional, onde decisões políticas de âmbito mais global são deliberadas, não nos reunimos mais em uma praça pública para discutir as necessidades da coletividade, à maneira dos gregos antigos. Hoje, expressamos nossas necessidades confiando-as a um representante da coletividade, eleito pela sociedade civil. Um novo espaço público é assim instaurado através do direito ao voto. Essa é a nossa forma de participação política democrática. Ou seja, uma democracia representativa. Agora, pensando em uma esfera mais local, nas tomadas de decisões dentro da UnB, os indícios deixados nos documentos pesquisados e entrevista realizada, apontam que Cristovam Buarque, através do congresso universitário, instaurou ali uma verdadeira praça pública, onde a comunidade universitária participou de forma efetiva na condução das reformas institucionais da universidade.

Outro elemento de grande importância no processo de redemocratização da Universidade de Brasília na gestão Cristovam, foi a anistia política concedida aos/às professores/as e servidores/as que foram expulsos da UnB durante o período ditatorial, como também a todos/as os/as professores/as que se autodemitiram de seus cargos em solidariedade aos colegas expurgados.

Tão logo ao tomar posse, Cristovam Buarque criou um grupo para estudar os casos que pudessem ser sujeitos à Lei da Anistia e nomeou uma comissão presidida pela Profª do Departamento de História da UnB, Geralda Dias, “encarregada de levantar os nomes de todos os professores e funcionários que foram demitidos de suas funções por razões políticas” (Correio Braziliense, 04/01/1987). Cristovam Buarque atribuiu ao Prof. José Geraldo de Sousa Junior, segundo este mesmo, a função de procurador geral com o fito de configurar os termos normativos do instrumento de exame das situações dos processos, alvos da execução da anistia. A finalidade era trazer todos/as esses/as professores/as e funcionários/as de volta às suas respectivas funções e reparar os danos materiais segundo a Lei de Anistia.

A referida comissão preparou cerca de 6 grandes processos iniciais com nomes de professores/as e funcionários/as da Universidade de Brasília, que foram vitimadas pela repressão durante a ditadura militar, por meio dos atos institucionais e os pedidos de exoneração de 1965, quando um grande grupo de professores/as se autodemitiram em solidariedade aos/às professores/as que foram alvos de expurgo por motivações políticas. Tais processos foram encaminhados ao MEC, sendo este responsável em examinar todos os casos e dar as deliberações legais necessárias para que as vítimas do regime militar na UnB, retornassem aos seus postos. Figuras como os artistas Zanine Caldas, Athos Bulcão e Glenio Biachetti puderam retomar suas antigas funções na instituição.

Outro elemento de grande destaque durante a gestão de Cristovam Buarque foi a participação deste na Comissão de Notáveis, chamada também de Comissão Afonso Arinos. Esta era uma comissão provisória de estudos constitucionais, criada por decreto do Presidente José Sarney. Foi composta por juristas e representantes de diversos setores sociais. Era presidida pelo senador Afonso Arinos e contava com a participação de cinquenta brasileiros designados por José Sarney. Fazia parte desse grupo pessoas como Barbosa Lima Sobrinho, Bolivar Lamounier, Cândido Mendes, Celso Furtado, Jorge Amado, José Afonso da Silva e Cristovam Buarque. A referida comissão, segundo Maria Helena Versiani (2010), tinha como responsabilidade elaborar

um anteprojeto constitucional com base não só nas reivindicações dos setores sociais ali representados, mas, também, com base nas propostas que lhes eram encaminhadas pela população, por meio de cartas. Esse anteprojeto deu corpo à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Segundo o Professor José Geraldo de Sousa Junior, conforme entrevista, Cristovam Buarque, no contexto da formulação da nova constituinte,

(...) criou na UnB um centro de estudos e acompanhamento da constituinte. Este centro foi um formidável instrumento de assessoramento à própria assembleia nacional constituinte. [Este centro] reuniu estudos [e] organizou documentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento da própria atividade de elaboração da constituição. Seja para refinar conceitos como democracia participativa, participação, exercício direto da atividade democrática, seja para fundamentar conteúdos da constituição, como, por exemplo, os que foram elaborados a partir da estruturação do CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – em que alguns de seus núcleos contribuíram fortemente, por exemplo, como o caso do núcleo de estudos de saúde, para a construção de um capítulo inteiro da constituição que foi o capítulo da saúde e institucionalização do Sistema Único de Saúde – SUS. (Entrevista concedida pelo Prof. Drº José Geraldo de Sousa Junior, 05/06/2014).

Com essa postura, Cristovam Buarque, dentre outras ações, retoma um dos elementos que foi norteador no interior da concepção ideológica que fundamentou a projeção da Universidade de Brasília, a saber a politização da universidade, trazendo para dentro de si o debate sobre temas tão caros à instituição e ampliação da democracia no Brasil. Nesse sentido, a universidade passa a assumir uma postura de responsabilidade social, porque estabelece linhas de ação, quando seu corpo funcional participa ativamente de decisões políticas de âmbito mais global no Brasil, que vão de encontro com as necessidades da coletividade.

O Professor José Geraldo de Sousa Junior pontua que o espírito democrático empreendido, na UnB, durante a gestão de Cristovam Buarque, extrapola o sentido político da palavra, por reivindicar um sentido epistemológico. Cristovam Buarque institucionaliza na UnB uma proposta político-pedagógica interdisciplinar, pautada na ideia orgânica de se pensar

uma universidade tridimensional. Sob esse viés, a universidade não seria apenas a organização compartimentada da racionalidade positiva nas estruturas departamentais, por área de conhecimento, mas, também, interdisciplinar por meio “de agregações de interinstitucionalidades em diferentes campos de conhecimento” (Entrevista concedida pelo Prof. Drº José Geraldo de Sousa Junior, 05/06/2014).

Foi no ensejo dessa proposta que nasceu o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM. Quando de sua criação, Cristovam Buarque salientou que cabia a este centro a reunião de pessoas de diferentes áreas em torno de temas comuns. “Com isto, se rompe a muralha dos departamentos e as pessoas não ficarão mais presas as suas próprias teorias. É um elemento chave para a liberdade acadêmica” (Entrevista, Cristovam Buarque, Correio Braziliense, 04/01/1987).

Não há dúvidas de que a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade contribuiu e, ainda, contribui para o avanço do conhecimento. Hoje, não nos vemos mais presos e engessados à teorias e metodologias através das quais se analisa um objeto de estudo somente de acordo com as convenções disciplinares desta ou daquela área de conhecimento, o que restringe muito o avanço no entendimento dos fenômenos sociais e naturais. A interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade possibilita aos intelectuais avançar no aprofundamento do estudo dos objetos de pesquisa. Por exemplo, na História, enquanto disciplina, dependendo do objeto que estamos estudando, dialogamos com diferentes áreas de conhecimento – sociologia, antropologia, crítica literária, ciência política, filosofia, psicologia, etc. – seja para tomarmos emprestadas metodologias, seja para nos apropriarmos de determinadas categorias teóricas que nos ajudarão a analisar as experiências sociais através das diferentes temporalidades. Outra faceta da multidisciplinaridade é o diálogo interdepartamental, pois propicia aos intelectuais de diferentes áreas de conhecimento intercambiar experiências no campo do saber.

Cristovam Buarque, segundo a entrevista concedida pelo Prof. José Geraldo de Sousa Junior, além de ter criado o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, posteriormente, motivou e ajudou a construir o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), hoje denominada Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC).

Para o Professor José Geraldo de Sousa Junior, Cristovam Buarque, ao criar o CEAM e fomentar a criação do CDS e FLACSO, todos estes centros de estudos multidisciplinares, exercitou uma forma de democratização da planta epistemológica da universidade, gerando o espaço de diálogo entre os saberes acadêmicos no sentido do paradigma científico, como também abriu a universidade ao diálogo destes com os saberes populares. Ao promover essa relação entre a universidade e os saberes populares, Cristovam Buarque abre um espaço de diálogo entre a universidade e o povo, com o intuito de aproximá-los na tentativa de quebrar os muros que dicotomizam os grupos sociais: elite intelectual e grupos populares.

Com o intuito de promover esse diálogo, Cristovam Buarque abriu a universidade para a extensão com a recuperação do caráter democratizante da educação a distância, por meio de cursos ofertados pelo Centro de Estudos a Distância (CEAD). O primeiro curso ofertado pelo CEAD era um

(...) curso que preparava a cidadania para participar da constituinte. O curso constituição e constituinte, cujos resultados são relacionados no relatório da constituição, mostrando a contribuição dos grupos que se articularam nessa proposta e que pela educação a distância funcionaram como proponentes de temas da constituição (Entrevista, José Geraldo de Sousa Junior, 05/06/2014)

Os cursos de extensão, inclusive, por meio da educação a distância, aproximavam mais a universidade da sociedade em geral, algo que durante a ditadura militar foi impossível, ou quase que impossível, visto que na lógica do Sistema Nacional de Segurança, o diálogo com o povo era visto sempre como uma ameaça à segurança nacional.

Se durante aquele regime o diálogo da UnB com o povo, dentro dos níveis mais básicos de exigência democrática – por exemplo, o direito de liberdade de pensamento e expressão dentro da instituição –, já eram difíceis, quiçá o estabelecimento de um diálogo da Universidade com o povo, como fora o curso Constituição e Constituinte, no qual se discutia elementos importantíssimos, de âmbito nacional, sobre os rumos políticos que se desenharia para o Brasil, quando da formulação da Constituinte que futuramente ajudou a dar corpo à Constituição de 1988.

Capítulo III

Uma universidade tridimensional

No capítulo II abordei um pouco sobre a redemocratização da Universidade de Brasília, em seu aspecto político. Neste capítulo, focalizarei a discussão sobre o horizonte de expectativa, projetado durante a gestão de Cristovam Buarque, onde ele previa para a instituição, uma espécie de democracia epistemológica. Portanto, tratarei aqui de um sonho que fora cogitado, quando da gestão desse reitor, mas que não chegou a ser totalmente concretizado na esfera da experiência acadêmica.

Conforme destaca Benjamin (2012), “Uma das principais responsabilidades do homem é a de revelar o esquecido, mostrar que o passado comportava outros futuros além deste que realmente ocorreu.” Benjamin traz para o campo da História, uma outra possibilidade de sua escrita a contrapelo daquelas que privilegiam as narrativas lineares, positivistas e que ainda privilegiam somente a esfera do acontecido. O sonho, a utopia, o desejo interrompido, não encontram lugar no interior destas narrativas. Em sentido contrário a este modelo, a proposta benjaminiana, de escrita e análise das experiências humanas, interpela o/a pesquisador/a em seu ofício, a pensar uma outra maneira de escrita que possa, também, dar inteligibilidade histórica aos múltiplos futuros implícito ou explicitamente inscritos nos fenômenos sociais. Muito do que as pessoas projetam para o futuro, muitas vezes não chegam a se concretizar, ou apenas se concretizam parcialmente. Tais projetos, total ou parcialmente acabam tendo existência somente enquanto sonho, enquanto algo para o qual investimos parcela dos nossos sentimentos, das nossa emoções, dos nossos valores.

O fragmento de Benjamin, supracitado, me levou a pensar uma outra faceta do projeto de universidade, investido na UnB, por Cristovam Buarque, durante a gestão deste.

Para iniciar esse diálogo, parto da afirmativa de que o ser humano ao experienciar a vida em seus diferentes aspectos – políticos, econômicos, culturais –, levando em consideração os seus condicionamentos sociais é movido por sentimentos, objetivos, representações, através dos quais dá sentido à sua vida e ao mundo que o rodeia. O ser humano, dessa forma, é construtor da história, seja na sua realização pessoal, seja na realização de vontades da coletividade, visto que o individual, na tecitura da experiência humana no tempo, é indissociável do coletivo. Nesse sentido a experiência individual é também uma experiência coletiva, e vice-versa, pois não somos seres isolados no mundo, pois como construtores da realidade, só participamos da construção desta por meio das relações sociais.

Dentro desse contexto de construção da realidade, mulheres e homens, movidos por desejos, vontades, ambições projetam futuros, constroem projetos, que vão de encontro com o ideal de sociedade que querem para si ou para o grupo ao qual pertencem. Sabemos que nem todos os projetos empreendidos pela sociedade se concretizaram no plano da experiência, mas continuaram e continuam a existir enquanto utopia, enquanto um horizonte de expectativa. Basta lembrar os projetos marxistas de comunização da sociedade brasileira, que movimentaram grande parcela da população que investiram pesado capital político e cultural na esperança de uma futura sociedade, sem classes, portanto, sem exploração, conforme a orientação ideológica presente em seus discursos. Esse projeto não chegou a se concretizar, mas vez ou outra, encontramos algumas pessoas que ainda sonham nessa direção.

Vários outros exemplos de sonhos poderiam ser aqui citados, mas atentarei a apenas um, parte do objeto de estudo desta dissertação, a saber: uma epistemologia tridimensional para a Universidade de Brasília, com o propósito de ampliar a participação democrática na UnB. O projeto sonhado, tal como foi pensado, não chegou a se concretizar em sua totalidade, mas uma parcela dele integra a planta epistemológica da UnB.

Ao ler os escritos de Cristovam Buarque sobre a Universidade de Brasília e os comparando com o pensamento de Darcy Ribeiro, sobre a mesma

instituição, encontrei vários pontos em comum. Percebo por meio dos discursos que tanto Darcy Ribeiro, aquele que concebeu, projetou e coordenou a implantação da UnB, quanto Cristovam Buarque, que seus olhares estavam sempre projetados para o futuro. O importante para eles é que houvesse sonhos e utopias não só de uma universidade melhor, mas de um país melhor, transformado por meio de uma educação de qualidade compromissada com o saber, a ética e a liberdade. Isso não quer dizer que o passado deveria ser esquecido e que só o futuro era preocupação no presente. Mas pelo contrário, para Cristovam Buarque “o passado deveria ser lembrado para que se gestasse uma consciência de amor a ele” (Entrevista, Cristovam Buarque, Correio Braziliense, 04/01/1987). Mas, o momento, pós regime militar, era um espaço para se pensar no futuro, em uma concepção de universidade libertária, autônoma e compromissada com a sociedade, portanto com os desafios impostos pela realidade. Ele se preocupava não só de revisitar a proposta da UnB que outrora suas diretrizes libertárias e autônomas foram esfaceladas pela ditadura, mas também de repensar uma universidade que fosse de encontro com as necessidades da sociedade. Isso não quer dizer que houve uma volta ao passado, no sentido de resgatá-lo, naquele presente, mas reconhecia o pretérito como fonte da atualidade. A proposta do reitor Cristovam Buarque, sob a dimensão temporal, não se apresenta como sequencial à proposta anterior. Ela foi reconstruída para atender as necessidades da sociedade brasiliense e brasileira, em um outro tempo. Daí a sua natureza de descontinuidade.

Cristovam Buarque ao pensar a UnB enquanto universidade tridimensional, parte do conhecimento que tem da educação superior brasileira. Educação esta, que aos seus olhos precisava ser reformada para atender seu “objetivo global: a luta pela ampliação do horizonte de liberdade da humanidade, especialmente no Brasil” (CRISTOVAM, 1989, p. 73). Segundo o mesmo autor, para que esse objetivo fosse alcançado era necessário superar alguns óbices. Um deles refere-se a estrutura de ensino tradicional pautada na formação de mão-de-obra, questão esta que também foi levantada por Darcy Ribeiro (1978), quando da construção da UnB. Não que a universidade não

tenha que desempenhar esse papel, mas o projeto de educação superior deveria ir muito mais além da formação para o mercado de trabalho. Essa universidade fazia parte da nova concepção de instituição acadêmica que o referido reitor tentava implantar na UnB.

Essa nova concepção norteadora da construção identitária dessa universidade, parte da ideia de Cristovam Buarque do que vem a ser uma instituição acadêmica. Para ele, uma universidade deve ter inscrito em sua planta epistemológica os seguintes objetivos:

- Construção do saber nas diversas áreas do conhecimento – letras, artes, ciências, reflexões filosóficas – com vistas a sua função estética e o prazer de praticá-las. Este é o objetivo nuclear justificador da existência da universidade;
- A construção do conhecimento nas áreas acima elucidadas, pautadas na ideia da estética do conhecimento, principalmente nos campos das ciências e da filosofia, deverá ter uma relação direta entre a beleza e a busca de aproximar a consciência humana do conhecimento do real, que costumeiramente chamamos de verdade;
- A busca da eficiência. O conhecimento produzido deverá estar a serviço da sociedade, para que por meio dele as pessoas possam construir uma sólida base social de produção, o que garantirá os meios de sobrevivência do ser humano, através da transformação da natureza em bens e serviços, indispensáveis para o aumento da produtividade e a conquista de tempo livre. Visto que o ser humano não deverá ser escravo do trabalho, pois deverá ter direito a gozar de tempo livre para, por exemplo, dedicar-se as atividades que, fora do ambiente de trabalho, lhe proporcione acesso à cultura e, em geral, lhe proporcione prazer.
- Exercício da justiça. A Beleza e a Verdade deverão ser praticadas, na construção do conhecimento, com consciência no papel que deverão desempenhar no exercício da ética que dá

razão à construção do saber e à sua prática. Tal concepção deverá ter papel redentor, pois ancora na ideia de que é obrigação de todo ser humano compartilhar, de forma solidária, da criação e uso da beleza e da verdade em prol da eficiência, da conquista de tempo livre e do bem estar da coletividade;

- Conquista da paz e dos direitos humanos em prol de uma sociedade mais solidária, onde os direitos dos cidadãos possam ser ampliados e respeitados;
- Construção do conhecimento e sua aplicação com respeito ao exercício da sustentabilidade ecológica. De nada adianta o avanço do conhecimento se a aplicação deste degrada e desequilibra o meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida do ser humano e sua necessária relação harmônica com a natureza (BUARQUE, 1989);

Tais objetivos, pontua o autor, só poderão ser alcançados se o ser humano, promotor do avanço dos saberes, abraçá-los com paixão e convicção; ter clara consciência de que a construção do conhecimento requer inquirição, questionamento e subversão das teorias que não respondem de maneira consistente as reais necessidades da sociedade e; tolerância para com a diversidade de ideias, teorias, métodos, ideologia e propostas. Não que as estruturas do conhecimento acadêmico não possam ser questionadas, mas a paixão e a subversão não devem se esconder por trás de dogmas maniqueístas, através dos quais se tenta impor uma ideologia, mesmo porque se assim fosse, a universidade perderia uma das suas principais características – a democracia, e dois dos principais atributos desta, a liberdade e a autonomia.

Dessa forma, entendo que a universidade dentro dessa proposta libertadora, é um espaço de diálogo onde diversos grupos tem a oportunidade, por meio de um discussão consciente, construir propostas teórico-metodológicas de aprendizagem e de avanço do conhecimento científico,

filosófico, artístico..., que melhor correspondam aos reais anseios da nossa sociedade. Mas, para isso, o avanço do conhecimento deverá ser pautado na ética, liberdade e respeito à diversidade cultural e ecológica de modo que não comprometa o bem-estar da coletividade.

O projeto de universidade tridimensional, conforme pensado por Cristovam Buarque (1989), tem como propósito a incessante busca do novo através de pesquisas e do rompimento com o ensino repetitivo. Dentro dessa proposta ele viu a necessidade da inclusão de dois métodos para o ensino e pesquisa: a multidisciplinaridade e o axioma da dúvida. A multidisciplinaridade se faz necessária, para que profissionais de diferentes áreas do saber, possam aprofundar os estudos sobre temas comuns a eles, pautados na constante prática da dúvida, sendo esta pré-condição para o avanço do conhecimento, na busca do novo.

Em 1987 Cristovam Buarque afirmava em entrevista cedida ao Jornal Correio Braziliense, que um dos principais entraves para que a Universidade de Brasília alcance o seu propósito é a falta de autonomia da UnB, no sentido de experimentar coisas novas. Segundo ele a universidade precisa ter liberdade para a livre experimentação. O medo à liberdade era imperativo no ambiente acadêmico, algo que deveria ser quebrado. Sobre essa questão pontua:

O professor universitário, mais do que o aluno, teme coisas novas. Como defesa, muitas vezes, ridiculariza as novidades, não enfrenta os colegas com idéias atrevidas por receio de ser colocado em ridículo.

A melhor maneira de um professor ser promovido, ainda hoje, é ele dedicar sua vida acadêmica em torno de temas já clássicos.

(...) Isto impede a liberdade acadêmica, que só ocorre quando as pessoas perdem o medo de contestar, de enfrentar as idéias tradicionais e assumir uma postura de criação de novas teorias e idéias, ao invés de repetição do que já está consolidado (Correio Braziliense, 04/01/1987).

O depoimento de Cristovam Buarque me levou a conjecturar que os professores-pesquisadores se encontravam presos às determinadas teorias e temas de pesquisas considerados clássicos no ambiente acadêmico. Ai daquele que não se dedicasse a tais temas e teorias. A pesquisa mostrou que

para ser considerado membro da elite intelectual se fazia necessário debruçar-se sobre temas clássicos, como também analisar tais temas à luz das tradicionais teorias já consagradas e, portanto, difíceis de serem contestadas devido ao seu valor simbólico enquanto conhecimento necessário para ter validade academicista. Quando um professor-pesquisador fugia desse modelo, acabava sendo ridicularizado pelos colegas que se escondiam por trás de dogmas miopizadores do conhecimento. Ora, sabemos que o mundo vive constante e infinito processo de transformações, sejam eles expressos nos fenômenos sociais ou naturais o que exige da intelectualidade avanço no conhecimento, quando as teorias que temos disponíveis e que são contemporâneas ao nosso tempo, não conseguem mais explicar esses fenômenos, ou oferecem uma explicação muito limitadora. Essas lacunas só serão supridas se os pesquisadores aventurarem-se na construção ou na apropriação de novas teorias, metodologia e temas de pesquisas, questionando assim as já existentes ou avançando nas fronteiras de suas limitações.

Cristovam Buarque (1989) pontua que a Universidade de Brasília para alcançar os objetivos e compromissos elucidados anteriormente deverá concretizá-los por meio de cinco funções. A primeira delas refere-se ao ensino e seu exercício, por meio da criticidade, inquietação, dúvida, provocação de novas ideias, superando assim a obsoleta estrutura de ensino que ancora-se na simples transmissão do conhecimento; formação multidisciplinar que comprometa o aluno com a realidade, superando assim a unidimensionalidade dos currículos que eram vistos como suficientes para que o aluno garantisse seu emprego no mercado de trabalho. Outro elemento refere-se ao fomento à pesquisa comprometida com o saber e com a solução de problemas na sociedade. Destaca-se aqui também a prática dos cursos de extensão, que além de contribuir na geração de novos conhecimentos, aproxima a universidade da sociedade. Elemento-chave desse projeto de universidade é o exercício da democracia, tanto interno quanto externamente na relação dela com a sociedade como um todo, contribuindo para que os diversos grupos sociais tenham acesso ao conhecimento e ao exercício deste, na construção

de um mundo mais belo, justo e solidário. E como quinta função, o autor destaca o exercício da prática cultural, em todas as áreas, como razão de ser da universidade humanista.

Cristovam Buarque (1989) também destaca que a departamentalização na universidade é um elemento-chave na estrutura universitária, pois permite a especialização do conhecimento em determinada área do saber. Nesse sentido, durante a gestão de Cristovam Buarque os departamentos passaram de 32 para 56, e os institutos de 9 para 13.

A Universidade de Brasília ficou estrutura da seguinte forma:

FACULDADES/DEPARTAMENTOS

Faculdade de Ciências da Saúde

- Departamento de Clínica Cirúrgica
- Departamento de Clínica Médica
- Departamento de Ginecologia e Obstetrícia
- Departamento de Morfologia
- Departamento de Patologia
- Departamento de Pediatria
- Departamento de Educação Física
- Departamento de Enfermagem
- Departamento de Nutrição
- Departamento de Odontologia
- Departamento de Saúde Coletiva
- Núcleo de Medicina Tropical

Faculdade de Educação

- Departamento Métodos e Técnicas
- Departamento de Planejamento e Administração
- Departamento de Teorias e Fundamentos

Faculdade de Estudos Sociais e Aplicados

- Departamento de Administração
- Departamento de Biblioteconomia
- Departamento de Ciências Políticas e Relações Internacionais
- Departamento de Direito

Faculdade de Tecnologia

- Departamento de Engenharia Agrônômica
- Departamento de Engenharia Civil
- Departamento de Engenharia Elétrica
- Departamento de Engenharia Florestal
- Departamento de Engenharia Mecânica

INSTITUTOS/DEPARTAMENTOS

Instituto de Arquitetura e Urbanismo

- Departamento de Arquitetura
- Departamento de Urbanismo

Instituto de Artes

- Departamento de Artes Cênicas
- Departamento de Artes Visuais
- Departamento de Música

Instituto de Ciências Biológicas

- Departamento de Biologia Animal
- Departamento de Biologia Celular

- Departamento de Biologia Vegetal

Instituto de Ciências Exatas

- Departamento de Estatística
- Departamento de Física
- Departamento de Matemática
- Departamento de Química

Instituto de Ciências Humanas

- Departamento de Antropologia
- Departamento de Economia
- Departamento de Filosofia
- Departamento de Geografia
- Departamento de História
- Departamento de Serviço Social
- Departamento de Sociologia
- Departamento de Ciência da Computação

Instituto de Expressão e Comunicação

- Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução
- Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas
- Departamento de Teoria Literária e Literatura

Instituto de Geologia

- Departamento de Geologia Geral e Aplicada
- Departamento de Minerologia e Petrologia
- Departamento de Geoquímica e Recursos Minerais
- Departamento Sismológico

Instituto de Psicologia

- Departamento de Processos Psicológicos Básicos
- Departamento de Psicologia Clínica
- Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento
- Departamento de Psicologia Social do Trabalho

Faculdade de Comunicação

- Departamento de Jornalismo
- Departamento de Audio-Visuais e Publicidade (BUARQUE, 1989)

A Universidade de Brasília, desde a sua concepção foi pensada para atender os critérios de excelência em ensino e pesquisa, de forma inovadora. Para atender a esse quesito não podia faltar em sua planta epistemológica cursos de Mestrado e Doutorado, para capacitar, em alto nível, pessoas para exercer as atividades do magistério superior e pesquisa. Até 1985, existiam na Universidade de Brasília 26 mestrados e três doutorados. Entre 1985 e 1988 foram criados sete novos cursos de mestrado e quatro de doutorado. Três dos curso de mestrado foram estruturados dentro da perspectiva multidisciplinar. Segue abaixo os cursos existentes na época:

MESTRADO	DOUTORADO	DEPARTAMENTOS DE VINCULAÇÃO
Física		Física
Geologia	Geologia	Geociências
Matemática	Matemática	Matemática
Química		Química
Estatísticas e Métodos		Estatísticas

Quantitativos

MESTRADO

DOUTORADO

**DEPARTAMENTOS DE
VINCULAÇÃO**

Ciências da Computação

Ciências da Computação

Biologia Molecular

Biologia Molecular

Ecologia

Biologia Vegetal

Fitopatologia

Biologia Vegetal

Psicologia

Psicologia

Antropologia

Antropologia

Antropologia

Economia

Economia

Economia

História

História

Sociologia

Sociologia

Sociologia

Comunicação

Comunicação

Linguística

Linguística

Literatura

Teoria e Literatura

Planejamento Urbano

Urbanismo

Desenho Urbano

Urbanismo

Transportes Urbanos

Multidisciplinar

Geotécnica

Engenharia Civil

Engenharia Elétrica

Engenharia Elétrica

Engenharia Mecânica

Engenharia Mecânica

Imunologia

Imunologia

Multidisciplinar

Medicina Tropical

Medicina Especializada

Clínica Médica

Medicina Especializada

Administração

Administração

Biblioteconomia e Documentação	Biblioteconomia
Direito	Direito
Ciências Políticas	Ciências Políticas
Relações Internacionais	Relações Internacionais
Educação	Educação
América Latina	Multidisciplinar

Para Cristovam Buarque (1989) a estrutura departamental não era suficiente para superar as barreiras do conhecimento, para uma universidade compromissada com os problemas da realidade. Os problemas que atravessam a sociedade atual, devem ser estudados dentro de uma proposta multidisciplinar, pois não dependem somente de uma área de conhecimento, mas do intercâmbio de saberes. Por exemplo, os conflitos inter-raciais podem ser estudados por meio da conjugação de diversas áreas de conhecimento, a saber: História, Antropologia, Educação, Ciência Política, Psicologia, dentre outras. Dessa forma, se torna possível a construção de um fecundo espaço de diálogo onde cada pesquisador, a partir de sua aparelhagem conceitual e metodológica, poderá contribuir e avançar no entendimento dos fenômenos sociais e buscar soluções plausíveis para os problemas tanto no campo do entendimento dos fenômenos, quanto nas medidas de intervenção social por meio de propostas pedagógicas que aticem a consciência crítica para o exercício da cidadania em prol de uma sociedade sem preconceitos, pautada no respeito à diversidade cultural. Esse é apenas um dos exemplos de propostas multidisciplinares, mas há vários outros, inclusive voltados para problemas sobre os fenômenos naturais ou problemas técnicos e tecnológicos dos quais dependem a sociedade para ampliar a eficiência no sistema sócio-produtivo.

Foi nesse sentido que se criou na Universidade de Brasília vários núcleos de pesquisa de forma integrada, reunidos no Centro de Estudos

Avançados Multidisciplinares. Até o fim da gestão de Cristovam Buarque, funcionavam 28 núcleos de pesquisas, quais sejam:

Núcleo de Estudos Caribenhos e Latino-Americanos, Núcleo de Estudos do Mundo Árabe, Núcleo de Estudos em Transportes, Núcleo de Estudos da Europa do Leste, Núcleos de Estudos Urbanos e Regionais, Núcleo de Estudos Ambientais, Núcleo de Política Científica e Tecnológica, Núcleo de Estudos da Paz e dos Direitos Humanos, Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Núcleo de Estudos Agrários, Núcleo de Pesquisas Etnológicas Comparadas, Núcleos de Estudos Asiáticos, Núcleo de Estudos em Saúde Pública, Núcleo de Estudos da Linguagem e Ideologia, Núcleo de Estudos Portugueses, Núcleo de Estudos Amazônicos, Núcleo de Pesquisa para Habitação, Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Social, Núcleo de Estudos do Brasil Contemporâneo, Núcleo de Estudos Germânicos, Núcleo de Estudos e Pesquisas Sonológicas, Núcleo de Estudos sobre o Centro-Oeste, Núcleo de Estudos Interuniversitários do Vale do Paraíba, Núcleo de Estudos de Irrigação, Núcleo de Estudos da Família, do Estado e das Formas Alternativas de Sociabilidade, Núcleo de Estudos da Criança e Núcleo de Estudo dos Fenômenos Paranormais.

Além de concentrarem esforços em pesquisas sobre determinadas temáticas, esses núcleos também ofereciam e oferecem disciplinas na graduação. Era e ainda é uma forma de aproximar os alunos do debate multidisciplinar além de fomentar o interesse da comunidade acadêmica em discutir problemas que assolavam e assolam a sociedade. Percebo que o exercício dessa proposta fazia e faz com que a universidade assumira seu papel social e político, pois traz para dentro de si a discussão sobre os problemas da realidade, comprometendo o aluno com esta. A criticidade com que os temas devem ser tratados interpela o estudante a redimensionar o seu olhar, comprometendo-se com o mundo em que vive. Em que sentido? No sentido de se preocupar com o bem coletivo. Senão de nada adiantaria o conhecimento se não fosse para a construção de uma sociedade mais igualitária, solidária e humanista.

A proposta de universidade tridimensional, tal como pensada por Cristovam Buarque, baseia-se na ideia da multidisciplinaridade, onde as pessoas não seriam mais formadas por categorias do conhecimento apenas, mas agregado a isso, uma formação por categorias dos problemas que estudam, permitindo que um profissional ou estudioso seja formado por dois ou mais departamentos. Por exemplo: Biologia e Informática, na ideia do Bio-computacional; Neurologia e Microeletrônica etc. Não se trata aqui de ter dois diplomas, mas da formação de profissionais e intelectuais através dos pontos de encontro entre as disciplinas. Tal estrutura não nega a eficiência e necessidade da departamentalização da universidade, mas juntamente a isso propõe avançar nas fronteiras do conhecimento, através do diálogo interdepartamental, para solução de problemas que não encontram lugar na estrutura do ensino e pesquisa em vigor.

A proposta de universidade tridimensional nos permite pensar no exercício, dentro do ambiente acadêmico, de uma espécie de democracia epistemológica. Pois Cristovam Buarque ao conceber uma instituição na perspectiva multidisciplinar, coloca em pauta a necessidade de avançar para além da organização compartimentada do saber, ou seja da racionalidade positiva nas estruturas departamentais por área de conhecimento, colocando a necessidade do diálogo interdepartamental e, portanto das várias áreas do saber em torno de problemas para os quais os intelectuais ainda não encontraram respostas na unidimensionalidade do conhecimento. Foi ao encontro desse propósito que Cristovam Buarque criou, durante sua gestão, o Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares e depois ajudou a conceber e construir o Centro de Desenvolvimento Tecnológico, o Centro de Desenvolvimento Sustentável e a antiga Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), hoje denominada Centro de Estudos e Pesquisas sobre as América (CEPPAC).

A antiga Flacso, em especial, se aproxima ainda mais da democratização da planta epistemológica da universidade, pois promoveu o diálogo intensivo entre os acadêmicos, dentro do paradigma da cientificidade, com os saberes populares. Dentro dessa proposta, pessoas que não tinham

formação acadêmica, mas que expressavam significativo saberes populares, foram convidados para intercambiar experiências no campo do conhecimento, junto com a comunidade acadêmica. Exemplo emblemático disso foi a vinda, em 1985, do seringueiro amazonense Jaime da Silva Araújo, para a Universidade de Brasília, onde encantou estudantes, políticos e intelectuais de Brasília com a desenvoltura, poesia e graça com que anunciou a existência dos Povos da Floresta.

Segundo Elson Martins (2007), Jaime da Silva Araújo é índio potiguar de origem. Sua tribo foi dizimada, quando ainda tinha dois meses de nascido. Até os 19 anos foi criado por pais adotivos, no Ceará. Com essa mesma idade, foi para a Amazônia, onde tornou-se pescador, castanheiro, embarcadiço, caçador e seringueiro. Na década de 1980 foi convidado para participar do Primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros. Naquele encontro, sua performance atraiu a atenção de membros da Universidade de Brasília, que estavam ali presentes. Nesse contexto, foi convidado pela UnB para ministrar aulas de História da Amazônia, instituição onde lecionou essa disciplina por um ano e meio.

A socialização de experiência proporcionadas entre a Universidade de Brasília e o referido seringueiro, proporcionou a este a publicação de um livro, “A Amazônia, o Seringueiro e a Reserva Extrativista”, em 1989. O livro foi também traduzido para o inglês e revelou no autor um artista plástico inspirado. Elson Martins (2007) também relata que Jaime Araújo fez palestras, reproduzidas em vários idiomas, no Brasil e no exterior.

Tal fato me fez pensar em uma questão que ainda está presente nos meios acadêmicos, como também em outros meios onde a cultura letrada, portanto caracterizada como erudita, é cultivada e valorizada. Falo aqui da hierarquização dos saberes, dos modos de ver e dar sentido ao mundo, presente nas sociedades e, geralmente, vistos como dois pares de opostos: cultura erudita *versus* cultura popular. Ressalta Chartier (1995, p. 183) que durante muito tempo reinou uma concepção hegemônica de cultura popular: “... que a cultura popular podia ser definida por contraste com o que ela não era, a saber, a cultura letrada e dominante”, esta última sendo supervalorizada,

enquanto a outra desprezada pela elite intelectual, por considerar que a cultura popular baseia-se numa leitura de mundo que passa pelo crivo do senso comum. Ainda dentro dessa concepção, a cultura erudita, portanto o oposto daquela outra, baseia-se no cultivo das ciências, das artes, da filosofia. Ou seja, de um conhecimento que têm como principal espaço de produção, a universidade.

Essa oposição vem sendo questionada por alguns grupos de estudiosos, os quais reconhecem que a oposição rígida acima não faz sentido. Os saberes, independente dos lugares onde são produzidos e dos sujeitos que o produzem, são suscetíveis de circularem entre diferentes grupos, independente da hierarquização destes. Ademais, os saberes produzidos pelas tradições populares têm ajudado a esclarecer inúmeros desafios científicos que a atualidade nos impõe. A medicina, por exemplo, tem se debruçado sobre os saberes de raizeiros e “garrafeiros”, que fazem uso de plantas medicinais no tratamento de doenças. A medicina tem se apropriado do conhecimento que essas pessoas têm das plantas medicinais, para produzir, dentro do paradigma da cientificidade em diálogo com as tradições populares, tratamento para determinados tipos de doenças que a ciência médica, embasada na tradicional forma de construção do conhecimento científico, ainda não encontrou solução.

Nesse sentido, a universidade se abre mais para a sociedade, quebrando as barreiras entre a academia e a sociedade, incluindo em sua proposta pedagógica a apropriação de saberes tradicionais, que outrora não encontravam lugar no elitismo acadêmico. Tal diálogo entre a academia e os saberes populares, com certeza, contribui para alargar as fronteiras do conhecimento e estabelecer um diálogo humanista entre os diferentes grupos que compõem a sociedade.

Considerações finais

Como todo trabalho acadêmico de pesquisa, o tema que estudamos nunca se esgota, apresentando várias lacunas que poderão ser analisadas e aprofundadas por meio de outros recortes temáticos e outras perspectivas de análises. Por essa razão e por questões de prazos acadêmicos, somos obrigados a colocar um ponto final na pesquisa e assumirmos o caráter inacabado de sua investigação e escrita.

O trabalho que ora apresento, me permitiu conhecer de forma mais aprofundada as consequências da ditadura civil militar na Universidade de Brasília e de como a comunidade acadêmica vivenciou essa experiência. Me permitiu também entender que o mundo é construído por uma pluralidade de sujeitos e de modos de pensar. Questão que pode ser percebida na maneira como a comunidade acadêmica da UnB se posicionou frente ao regime militar e sua intervenção nessa instituição. Essa comunidade, dividida por matrizes ideológicas distintas, defendia diferentes projetos que iam de encontro com o ideal de universidade e de país que queriam. Tínhamos então, dois grandes grupos protagonistas dessa história: um de viés marxista que defendia um projeto de universidade que estivesse preocupado com as questões sociais e de uma sociedade sem classes, portanto sem exploração e; outro grupo, denominado de direita que, temendo o medo de esquerdização da comunidade acadêmica e o seu avanço no poder político, foi condizente com a ditadura civil militar implantada em nosso país. Todavia, estes dois blocos não eram homogêneos, pois encontravam-se fraturados em subgrupos.

Com a implantação da ditadura civil militar, a democracia na Universidade de Brasília, assim como em outros setores da sociedade, foi suprimida, como também a liberdade de pensamento e expressão e a autonomia foram dilaceradas, interrompendo assim o exercício do autogoverno da UnB. A democracia só foi reinstaurada quando da gestão de Cristovam Buarque, eleito reitor em 1985, inaugurando assim um novo tempo na UnB,

onde a liberdade de pensamento e expressão começou a ser novamente respeitada.

Entre as principais ações redemocratizadoras da gestão Cristovam Buarque, destacam-se: a anistia política concedida aos/às professores/as e servidores/as expurgados durante o regime militar; a convocação de uma Estatuinte, com o intuito de elaborar um novo Estatuto para a Universidade de Brasília, com a participação efetiva de professores/as, alunos/as e servidores/as, na construção das diretrizes da universidade, atribuindo, dessa forma, à comunidade acadêmica responsabilidade política nas ações institucionais. Outra questão de grande destaque, refere-se às mudanças na estrutura epistemológica da UnB, incorporando dois métodos no ensino e pesquisa: a multidisciplinaridade e o axioma da dúvida, na busca do novo, de um conhecimento que fosse de encontro com as necessidades do país e com os problemas que assolavam e assolam o Brasil. Dessa forma, a universidade trouxe para dentro de si o debate político sobre os problemas impostos pela realidade, comprometendo os/as alunos/as e professores/as com eles.

Para que a referida proposta de universidade se desenhasse ao longo do tempo, foi necessário Cristovam Buarque visitar seu projeto inicial, tal como foi concebido por Darcy Ribeiro, se apropriando de algumas diretrizes e agregando a estas novas ideias que fosse de encontro com o ideal libertário de universidade que ele defendia. O autogoverno, a liberdade, a ética, a responsabilidade social, o apreço pela excelência no ensino e pesquisa, a multidisciplinaridade, foram algumas das questões do projeto inicial da UnB que foram apropriadas por Cristovam Buarque. Porém, tais questões foram reivindicadas em um outro tempo, o que implica em sua ressignificação para atender a outras necessidades, que surgiram naquele período pós regime militar, o que nos permite afirmar o caráter descontínuo da história.

Corpus documental

Imprensa

Jornal Correio Braziliense (1961-1990)

Decretos, Leis, Regulamentos e Emendas Constitucionais

Ato Institucional n. 1 (AI-1), de 09 de abril de 1964.

Ato Institucional n. 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968.

Decreto-Lei N. 477, de 26 de fevereiro de 1969.

Emenda Constitucional N. 26, de 27 de novembro de 1985.

Lei N. 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Regulamento das divisões de segurança e informações dos ministérios civis.
Brasília, 1970.

Livros

BUARQUE, Cristovam. *Na fronteira do futuro: (o projeto da UnB)*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1989.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir Editor Limitada, 1978.

Entrevistas e Discursos

2 – Prof. Cristovam Buarque. Entrevista concedida para publicação no livro “UnB 50 anos: história contada. A história da Universidade de Brasília contada por seus personagens: reportagens, depoimentos, entrevistas”, Editora da Universidade de Brasília, 2012. Título da entrevista: Cristovam Buarque: político de calça jeans.

2 – Prof. Darcy Ribeiro. Discurso proferido durante a cerimônia de posse do reitor Cristovam Buarque, em 1985.

1 – Prof. José Geraldo de Sousa Junior. Entrevista concedida a Clerismar Aparecido Longo, em 05 de junho de 2014, em Brasília/DF.

Referências

ANTUNES, Ricardo e RIDENTI, Marcelo. Operários e estudantes conta a ditadura: 1968 no Brasil. In: *Mediações*, Vol. 12, No 2, p. 78-89, Jul./Dez. 2007.

Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>.

Acessado em: 12 de julho de 2014.

BAHIA, Benedito Juarez. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Vol. I. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1).

BRASIL. *Os presidentes e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <http://www.portalmemoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/media/Os%20presidentes%20e%20a%20ditadura%20militar.pdf>. Acessado em: 27 de junho de 2014.

BUARQUE, Cristovam. *A aventura da Universidade*. – 2º ed. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BUARQUE, Cristovam. *O que é apartação. O apartheid social no Brasil*. 5ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. – 3ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. – 3ª Edição – Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História cultural*. Entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Revista Estudos Avançados*, 11 (5), São Paulo, 1991.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 1990.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade; GUSSO, Divonzir Arthur e LUNA, Sérgio Vasconcelos de. *A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro*. Brasília: UNESCO/CRESALC/MEC/SESU/CAPES, 1986.

COUTO, Ronaldo Costa. *Brasília Kubitschek de Oliveira*. – 6ª ed. rev. – Rio de Janeiro: Record, 2010.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: da construção do esquecimento às interpretações acadêmicas. In: *Revista Grafia*, Vol. 09, jan. – dez., 2012, pp. 175-191. Disponível em: http://www.fuac.edu.co/recursos_web/descargas/grafia/grafia9/175-191.pdf.

Acesso em: 03 de junho de 2014.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. In: *Revista Tempo*, Vol. 14, nº 28, junho, 2010, pp. 125-145. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v14n28a07.pdf. Acesso em: 03 de junho de 2014.

DE PAULA, José Humberto Matias. *Cristovam Fez: a trajetória da UnB ao Senado*. Brasília, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. In: *Educar em Revista*. [online].

Curitiba, s/v, n. 28, jul.-dez. 2006, pp. 17-36. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Da cátedra universitária ao departamento: subsídios para discussão. In: *Anais da 23ª Reunião anual da ANPEd*. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Educação, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1118t.PDF>>. Acesso em: 21 de abril de 2014.

FERREIRA, Jorge. Apresentação. In: *Revista Tempo* [online]. 2010, vol.14, n. 28, pp. 11-18.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Apresentação. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.*

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.*

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.*

FILHO, D. A. R.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Ogs.). *A Ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.*

FILHO, Daniel Aarão Reis (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010, volume 5. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção de Lilia Moritz Schwarcz).*

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

- GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- HEYMANN, Luciana Quillet. O arquivo utópico de Darcy Ribeiro. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [online]. Rio de Janeiro, v.19, n.1, jan.-mar. 2012, pp. 261-282. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v19n1/14.pdf>>. Acesso em: 19 de abril de 2014.
- JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- JORGE, Thaís de Mendonça (Org.). *UnB 50 anos: história contada. A história da Universidade de Brasília contada por seus personagens: reportagens, depoimentos, entrevistas*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.
- LEFORT, Claude. *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária*. Tradução de Isabel Marva Loureiro. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História*. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp, 2001.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.
- MARTINS, Elson. Esqueceram de mil! In: *Almanaque*, Rio Branco-AC, 27 de maio de 2007.
- MORELLI, Ana L. F. *Correio Braziliense: 40 anos – Do pioneirismo à consolidação*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, 2002.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PAULA, Sérgio Goes de. Introdução. In: PAULA, Sérgio Goes de (Org.). *Hipólito José da Costa*. São Paulo: Editora 34, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. – 2ª Edição – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PILETTI, Nelson. Laerte Ramos de Carvalho: o discurso e a prática. *Revista da Faculdade de Educação de São Paulo*. VI. 17, ns. 1/2, p. 65-101, jan./dez. 1991.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

PRADO, Luiz Carlos Delorme e EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano*. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RIBEIRO, Antonio Ramaiana de Barros. *UnB 1977: o início do fim*. Brasília: Paralelo 15, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade necessária*. – 2º ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RIBEIRO, Darcy. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

RIBEIRO, Darcy (Org.). *Universidade de Brasília: Projeto de organização, pronunciamentos de educadores e cientistas e Lei nº 3.998 de 15 de dezembro de 1961*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1^o reimpressão, Edição especial, 2012.

RIBEIRO, Darcy. *Universidade para quê?* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta (Orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. – 1^a ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. – 1^a ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção de Lilia Moritz Schwarcz).

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: os anos 1960-1970 e sua herança. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil republicano. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. – 2^a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIZINNI, Carlos de Andrade. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1957.

RODRIGUES, Georgete Medleg. *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 1990.

ROSENFELD, Denis L. *O que é democracia*. – 8^a reimpressão – . São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

SALMERON, Roberto A. *A Universidade interrompida: Brasília 1964-1965*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007.

SIMPÓSIO UnB 50 ANOS: PELOS CAMINHOS DA MEMÓRIA – ESQUECIMENTOS E LEMBRANÇAS DA DITADURA MILITAR NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Brasília: Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <http://simposiounb50anos.blogspot.com.br/>. Acesso em: 17 de abril de 2014.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: FILHO, Daniel Aarão Reis (Coord.). *Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010. Direção de Lilia Moritz Schwarcz).

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Antologia do Correio Braziliense*. 2º ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1977.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de. *Da Universidade necessária à universidade emancipatória*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012.

SOUSA, Pompeu de. Prólogo. In: Darcy Ribeiro. *UnB: invenção e descaminho*. Rio de Janeiro: Avenir Editora Limitada, 1978.

STEIN, Leila de Menezes. Inquéritos policiais militares, questão agrária e sindicatos de trabalhadores rurais. In: *Estudos de Sociologia*, Vol. 3, nº 5, 1998. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/888/758>. Acessado em: 28 de jun. de 2014.

TORRES, Cristiano. Consuni aprova outorga de oito títulos de Professor Emérito. In: *UnB 50 anos*. 2012. Disponível em: <http://www.unb50anos.com.br/index.php/component/content/article/9-noticias/324-consuni-aprova-outorga-de-oito-titulos-de-professor-emerito>.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 60, p. 233-252. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a13v3060.pdf>. Acesso em: 27 de julho de 2014.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. – 3º Edição –. São Paulo: Editora Ática, 1995.

Sites consultados

<http://www.al.rs.gov.br>

<http://anistia.org.br/>

<http://www.anistiapolitica.org.br>

<http://www.cedoc.unb.br/>

<http://cpdoc.fgv.br>

<http://www2.camara.leg.br>

<http://www.justica.gov.br>

<http://www.mj.gov.br>

<http://www.pgr.mpf.mp.br>

<http://www.planalto.gov.br>

<http://www.presidencia.gov.br>

<http://www.senado.gov.br>

<http://www.unb.br>

Anexos

Anexo I

Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

ATO INSTITUCIONAL Nº 1, DE 9 DE ABRIL DE 1964.

Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

À NAÇÃO

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução.

A revolução se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que nela se traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação.

A revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte. Este se manifesta pela eleição popular ou pela revolução. Esta é a forma mais expressiva e mais radical do Poder Constituinte. Assim, a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma. Ela destitui o governo anterior e tem a capacidade de constituir o novo governo. Nela se contém a força normativa, inerente ao Poder Constituinte. Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral

do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização a limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe.

O presente Ato institucional só poderia ser editado pela revolução vitoriosa, representada pelos Comandos em Chefe das três Armas que respondem, no momento, pela realização dos objetivos revolucionários, cuja frustração estão decididas a impedir. Os processos constitucionais não funcionaram para destituir o governo, que deliberadamente se dispunha a bolchevizar o País. Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e os processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País. Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do presente Ato Institucional.

Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação.

Em nome da revolução vitoriosa, e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica resolve editar o seguinte.

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 1946 e as Constituições estaduais e respectivas Emendas, com as modificações constantes deste Ato.

Art. 2º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, cujos mandatos terminarão em trinta e um (31) de janeiro de 1966, será realizada pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, dentro de dois (2) dias, a contar deste Ato, em sessão pública e votação nominal.

§ 1º - Se não for obtido o *quorum* na primeira votação, outra realizar-se-á no mesmo dia, sendo considerado eleito quem obtiver maioria simples de votos; no caso de empate, prosseguir-se-á na votação até que um dos candidatos obtenha essa maioria.

§ 2º - Para a eleição regulada neste artigo, não haverá inelegibilidades.

Art. 3º - O Presidente da República poderá remeter ao Congresso Nacional projetos de emenda da Constituição.

Parágrafo único - Os projetos de emenda constitucional, enviados pelo Presidente da República, serão apreciados em reunião do Congresso Nacional, dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento, em duas sessões, com o intervalo máximo de dez (10) dias, e serão considerados aprovados quando obtiverem, em ambas as votações, a maioria absoluta dos membros das duas Casas do Congresso.

Art. 4º - O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais deverão ser apreciados dentro de trinta (30) dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal; caso contrário, serão tidos como aprovados.

Parágrafo único - O Presidente da República, se julgar urgente a medida, poderá solicitar que a apreciação do projeto se faça, em trinta (30) dias, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na forma prevista neste artigo.

Art. 5º - Caberá, privativamente, ao Presidente da República a iniciativa dos projetos de lei que criem ou aumentem a despesa pública; não serão admitidas, a esses projetos, em qualquer das Casas do Congresso Nacional, emendas que aumentem a despesa proposta pelo Presidente da República.

Art. 6º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio, ou prorrogá-lo, pelo prazo máximo de trinta (30) dias; o seu ato será submetido ao Congresso Nacional, acompanhado de justificação, dentro de quarenta e oito (48) horas.

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante investigação sumária, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a

proibidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

§ 2º - Ficam sujeitos às mesmas sanções os servidores municipais. Neste caso, a sanção prevista no § 1º lhes será aplicada por decreto do Governador do Estado, mediante proposta do Prefeito municipal.

§ 3º - Do ato que atingir servidor estadual ou municipal vitalício, caberá recurso para o Presidente da República.

§ 4º - O controle jurisdicional desses atos limitar-se-á ao exame de formalidades extrínsecas, vedada a apreciação dos fatos que o motivaram, bem como da sua conveniência ou oportunidade.

Art. 8º - Os inquéritos e processos visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária poderão ser instaurados individual ou coletivamente.

Art. 9º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República, que tomarão posse em 31 de janeiro de 1966, será realizada em 3 de outubro de 1965.

Art. 10 - No interesse da paz e da honra nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, os Comandantes-em-Chefe, que editam o presente Ato, poderão suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluída a apreciação judicial desses atos. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969) (Vide Lei Complementar nº 5, de 1970)

Parágrafo único - Empossado o Presidente da República, este, por indicação do Conselho de Segurança Nacional, dentro de 60 (sessenta) dias, poderá praticar os atos previstos neste artigo.

Art. 11 - O presente Ato vigora desde a sua data até 31 de janeiro de 1966; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro-GB, 9 de abril de 1964.

Gen. Ex. ARTHUR DA COSTA E SILVA
Tem. Brig. FRANCISCO DE ASSIS CORREIA DE MELLO
Vice-Alm. AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD

Anexo II

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

ATO INSTITUCIONAL Nº 5, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1968.

São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e

CONSIDERANDO que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção, buscando, deste modo, "os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direito e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa pátria" (Preâmbulo do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964);

CONSIDERANDO que o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro, bem como porque o Poder Revolucionário, ao editar o Ato Institucional nº 2, afirmou, categoricamente, que "não se disse que a Revolução

foi, mas que é e continuará" e, portanto, o processo revolucionário em desenvolvimento não pode ser detido;

CONSIDERANDO que esse mesmo Poder Revolucionário, exercido pelo Presidente da República, ao convocar o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar a nova Constituição, estabeleceu que esta, além de representar "a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução", deveria "assegurar a continuidade da obra revolucionária" (Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966);

CONSIDERANDO, no entanto, que atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la;

CONSIDERANDO que, assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária;

CONSIDERANDO que todos esses fatos perturbadores da ordem são contrários aos ideais e à consolidação do Movimento de março de 1964, obrigando os que por ele se responsabilizaram e juraram defendê-lo, a adotarem as providências necessárias, que evitem sua destruição,

Resolve editar o seguinte

ATO INSTITUCIONAL

Art. 1º - São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições estaduais, com as modificações constantes deste Ato Institucional.

Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sitio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República.

§ 1º - Decretado o recesso parlamentar, o Poder Executivo correspondente fica autorizado a legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas nas Constituições ou na Lei Orgânica dos Municípios.

§ 2º - Durante o período de recesso, os Senadores, os Deputados federais, estaduais e os Vereadores só perceberão a parte fixa de seus subsídios.

§ 3º - Em caso de recesso da Câmara Municipal, a fiscalização financeira e orçamentária dos Municípios que não possuam Tribunal de Contas, será exercida pelo do respectivo Estado, estendendo sua ação às funções de auditoria, julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.

Art. 3º - O Presidente da República, no interesse nacional, poderá decretar a intervenção nos Estados e Municípios, sem as limitações previstas na Constituição.

Parágrafo único - Os interventores nos Estados e Municípios serão nomeados pelo Presidente da República e exercerão todas as funções e atribuições que caibam, respectivamente, aos Governadores ou Prefeitos, e gozarão das prerrogativas, vencimentos e vantagens fixados em lei.

Art. 4º - No interesse de preservar a Revolução, o Presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, e sem as limitações previstas na Constituição, poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único - Aos membros dos Legislativos federal, estaduais e municipais, que tiverem seus mandatos cassados, não serão dados substitutos, determinando-se o *quorum* parlamentar em função dos lugares efetivamente preenchidos.

Art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;

II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;

III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;

IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

a) liberdade vigiada;

b) proibição de freqüentar determinados lugares;

c) domicílio determinado,

§ 1º - O ato que decretar a suspensão dos direitos políticos poderá fixar restrições ou proibições relativamente ao exercício de quaisquer outros direitos públicos ou privados. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

§ 2º - As medidas de segurança de que trata o item IV deste artigo serão aplicadas pelo Ministro de Estado da Justiça, defesa a apreciação de seu ato pelo Poder Judiciário. (Vide Ato Institucional nº 6, de 1969)

Art. 6º - Ficam suspensas as garantias constitucionais ou legais de: vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo.

§ 1º - O Presidente da República poderá mediante decreto, demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade quaisquer titulares das garantias referidas neste artigo, assim como empregado de autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista, e demitir, transferir para a reserva ou reformar militares ou membros das polícias militares, assegurados, quando for o caso, os vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço.

§ 2º - O disposto neste artigo e seu § 1º aplica-se, também, nos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.

Art. 7º - O Presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, poderá decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.

Art. 8º - O Presidente da República poderá, após investigação, decretar o confisco de bens de todos quantos tenham enriquecido, ilicitamente, no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Regulamento)

Parágrafo único - Provada a legitimidade da aquisição dos bens, far-se-á sua restituição.

Art. 9º - O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução deste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas d e e do § 2º do art. 152 da Constituição.

Art. 10 - Fica suspensa a garantia de *habeas corpus*, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Art. 12 - O presente Ato Institucional entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 13 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Luís Antônio da Gama e Silva

Augusto Hamann Rademaker Grünewald

Aurélio de Lyra Tavares

José de Magalhães Pinto

Antônio Delfim Netto

Mário David Andreazza

Ivo Arzua Pereira

Tarso Dutra

Jarbas G. Passarinho

Márcio de Souza e Mello

Leonel Miranda

José Costa Cavalcanti

Edmundo de Macedo Soares

Hélio Beltrão

Afonso A. Lima

Carlos F. de Simas

Anexo III

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969.

Revogado pela Lei nº 6.680, de 1979
Texto para impressão

~~Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.~~

~~O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,~~

DECRETA:

~~Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:~~

~~I – Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;~~

~~II – Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;~~

~~III – Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;~~

~~IV – Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;~~

~~V – Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;~~

~~VI Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.~~

~~§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:~~

~~I Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;~~

~~II Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.~~

~~§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.~~

~~§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.~~

~~Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.~~

~~Parágrafo único. Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.~~

~~Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.~~

~~§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.~~

~~§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe á designado defensor para apresentar a defesa.~~

~~§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.~~

~~§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.~~

~~§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.~~

~~Art. 4º Comprovada a existência de dano patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.~~

~~Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei.~~

~~Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

~~Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.~~

~~A. COSTA E SILVA~~

~~*Luís Antonio da Gama e Silva*~~

~~*Tarso Dutra*~~

Anexo IV

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

LEI Nº 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979.

Concede anistia e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares (vetado).

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.

§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal.

§ 3º - Terá direito à reversão ao Serviço Público a esposa do militar demitido por Ato Institucional, que foi obrigada a pedir exoneração do respectivo cargo, para poder habilitar-se ao montepio militar, obedecidas as exigências do art. 3º.

~~Art. 2º Os servidores civis e militares demitidos, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformadas, poderão, nos cento e vinte dias seguintes à publicação desta lei, requerer o seu retorno ou reversão ao serviço ativo: (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~— se servidor civil ou militar, ao respectivo Ministro do Estado; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~II — se servidor civil da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembléia Legislativa e da Câmara Municipal, aos respectivos Presidentes; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~III — se servidor do Poder Judiciário, ao Presidente do respectivo Tribunal; (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~IV — se servidor de Estado, do Distrito Federal, de Território ou de Município, ao Governo ou Prefeito. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~Parágrafo único. A decisão, nos requerimentos de ex integrantes das Políticas Militares ou dos Corpos de Bombeiro, será precedida de parecer de comissões presididas pelos respectivos comandantes. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

Art. 3º O retorno ou a reversão ao serviço ativo somente deferido para o mesmo cargo ou emprego, posto ou graduação que o servidor, civil ou militar, ocupava na data de seu afastamento, condicionado, necessariamente, à existência de vaga e ao interesse da Administração.

§ 1º - Os requerimentos serão processados e instituídos por comissões especialmente designadas pela autoridade a qual caiba a apreciá-los.

§ 2º - O despacho decisório será proferido nos centos e oitenta dias seguintes ao recebimento do pedido.

§ 3º - No caso de deferimento, o servidor civil será incluído em Quadro Suplementar e o Militar de acordo com o que estabelecer o Decreto a que se refere o art. 13 desta Lei.

§ 4º - O retorno e a reversão ao serviço ativo não serão permitidos se o afastamento tiver sido motivado por improbabilidade do servidor.

~~§ 5º — Se o destinatário da anistia houver falecido, fica garantido aos seus dependentes o direito às vantagens que lhe seriam devidas se estivesse vivo na data da entrada em vigor da presente lei. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão à atividades ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão. (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)~~

~~Art. 5º Nos casos em que a aplicação do artigo cedida, a título de pensão, pela família do servidor, será garantido a este o pagamento da~~

~~diferença respectiva como vantagem individual.~~ (Revogado pela Lei nº 10.559, de 2002)

Art. 6º O cônjuge, qualquer parente, ou afim, na linha reta, ou na colateral, ou o Ministro Público, poderá requerer a declaração de ausência de pessoa que, envolvida em atividades políticas, esteja, até a data de vigência desta Lei, desaparecida do seu domicílio, sem que dela haja notícias por mais de 1 (um) ano

§ 1º - Na petição, o requerente, exibindo a prova de sua legitimidade, oferecerá rol de, no mínimo, 3 (três) testemunhas e os documentos relativos ao desaparecimento, se existentes.

§ 2º - O juiz designará audiência, que, na presença do órgão do Ministério Público, será realizada nos 10 (dez) dias seguintes ao da apresentação do requerente e proferirá, tanto que concluída a instrução, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sentença, da qual, se concessiva do pedido, não caberá recurso.

§ 3º - Se os documentos apresentados pelo requerente constituírem prova suficiente do desaparecimento, o juiz, ouvido o Ministério Público em 24 (vinte e quatro) horas, proferirá, no prazo de 5 (cinco) dias e independentemente de audiência, sentença, da qual, se concessiva, não caberá recurso.

§ 4º - Depois de averbada no registro civil, a sentença que declarar a ausência gera a presunção de morte do desaparecido, para os fins de dissolução do casamento e de abertura de sucessão definitiva.

Art. 7º A conhecida anistia aos empregados das empresas privadas que, por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, haja sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.

Art. 8º Os anistiados, em relação as infrações e penalidades decorrentes do não cumprimento das obrigações do serviço militar, os que à época do recrutamento, se encontravam, por motivos políticos, exilados ou impossibilitados de se apresentarem.

Parágrafo único. O disposto nesse artigo aplica-se aos dependentes do anistiado.

Art. 9º Terão os benefícios da anistia os dirigentes e representantes sindicais punidos pelos Atos a que se refere o art. 1º, ou que tenham sofrido punições disciplinares incorrido em faltas ao serviço naquele período, desde que não excedentes de 30 (trinta) dias, bem como os estudantes.

Art. 10. Os servidores civis e militares reaproveitados, nos termos do art. 2º, será contado o tempo de afastamento do serviço ativo, respeitado o disposto no art. 11.

Art. 11. Esta Lei, além dos direitos nela expressos, não gera quaisquer outros, inclusive aqueles relativos a vencimentos, saldos, salários, proventos, restituições, atrasados, indenizações, promoções ou ressarcimentos.

Art. 12. Os anistiados que se inscreveram em partido político legalmente constituído poderão voltar e ser votados nas convenções partidárias a se realizarem no prazo de 1 (um) ano a partir da vigência desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo, dentro de 30 (trinta) dias, baixará decreto regulamentando esta Lei.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 28 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Petrônio Portella

Maximiano Fonseca

Walter Pires

R. S. Guerreiro

Karlos Rischbieter

Eliseu Resende

Ângelo Amaury Stabile

E. Portella

Murillo Macêdo

Délio Jardim de Mattos

Mário Augusto de Castro Lima

João Camilo Penna

Cesar Cals Filho

Mário David Andreazza

H. C. Mattos

Jair Soares

Danilo Venturini

Golbery do Couto e Silva

Octávio Aguiar de Medeiros

Samuel Augusto Alves Corrêa

Delfim Netto

Said Farhat

Hélio Beltrão

Anexo V

**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 26, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1985.

Vide Constituição de 1988.

Convoca Assembléia Nacional
Constituinte e dá outras providências.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os Membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicameralmente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional.

Art. 2º. O Presidente do Supremo Tribunal Federal instalará a Assembléia Nacional Constituinte e dirigirá a sessão de eleição do seu Presidente.

Art. 3º A Constituição será promulgada depois da aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela maioria absoluta dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 4º É concedida anistia a todos os servidores públicos civis da Administração direta e indireta e militares, punidos por atos de exceção, institucionais ou complementares.

§ 1º É concedida, igualmente, anistia aos autores de crimes políticos ou conexos, e aos dirigentes e representantes de organizações sindicais e estudantis, bem como aos servidores civis ou empregados que hajam sido demitidos ou dispensados por motivação exclusivamente política, com base em outros diplomas legais.

§ 2º A anistia abrange os que foram punidos ou processados pelos atos imputáveis previstos no "caput" deste artigo, praticados no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979.

§ 3º Aos servidores civis e militares serão concedidas as promoções, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade, previstos nas leis e regulamentos vigentes.

§ 4º A Administração Pública, à sua exclusiva iniciativa, competência e critério, poderá readmitir ou reverter ao serviço ativo o servidor público anistiado.

§ 5º O disposto no "caput" deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo.

§ 6º Excluem-se das presentes disposições os servidores civis ou militares que já se encontravam aposentados, na reserva ou reformados, quando atingidos pelas medidas constantes do "caput" deste artigo.

§ 7º Os dependentes dos servidores civis e militares abrangidos pelas disposições deste artigo já falecidos farão jus às vantagens pecuniárias da pensão correspondente ao cargo, função, emprego, posto ou graduação que teria sido assegurado a cada beneficiário da anistia, até a data de sua morte, observada a legislação específica.

§ 8º A Administração Pública aplicará as disposições deste artigo, respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, e observados os respectivos regimes jurídicos.

Art. 5º A alínea "c" do § 1º do art. 151 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"c) a inelegibilidade do titular efetivo ou interino de cargo ou função cujo exercício possa influir para perturbar a normalidade ou tornar duvidosa a legitimidade das eleições, salvo se se afastar definitivamente de um ou de outro no prazo estabelecido em lei, o qual não será maior de nove meses, nem menor de dois meses, anteriores ao pleito, exceto os seguintes, para os quais fica assim estipulado:

1) Governador e Prefeito - seis meses;

2) Ministro de Estado, secretário de Estado, Presidente, Diretor, Superintendente de órgão, da Administração Pública direta ou indireta, incluídas as fundações e sociedades de economia mista - nove meses; quando candidato a cargo municipal - quatro meses;

3) ocupante de cargo previsto no número anterior, se já titular de mandato eletivo - seis meses;"

Brasília, em 27 de novembro de 1985

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

ULYSSES GUIMARÃES
Presidente

CARLOS WILSON
1º Vice-Presidente, em exercício

HAROLDO SANFORD
2º Vice-Presidente, em exercício

EPITÁCIO CAFETEIRA
1º Secretário, em exercício

JOSÉ FREJAT
2º Secretário, em exercício

JOSÉ RIBAMAR MACHADO
3º Secretário, em exercício

ORESTES MUNIZ
4º Secretário, em exercício

A MESA DO SENADO FEDERAL

JOSÉ FRAGELLI
Presidente

GUILHERME PALMEIRA
1º Vice-Presidente

PASSOS PORTO
2º Vice-Presidente

ENÉAS FARIA
1º Secretário

JOÃO LOBO
2º Secretário

MARCONDES GADELHA
3º Secretário

EUNICE MICHILES
4º Secretário